



JOSEANE DA SILVA NOVO

**MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES DO NÚCLEO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DO
JACUÍ**

CANOAS, 2021

JOSEANE DA SILVA NOVO

**MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES DO NÚCLEO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DO
JACUÍ**

Trabalho final apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais para qualificação no curso de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

Orientação: Profa. Dra. Patrícia Kayser Vargas Mangan
Co-orientação: Profa. Dra. Tamara Cecília Karawejcyk Telles

CANOAS, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N945m Novo, Joseane da Silva.

Memórias e trajetórias de professores do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária Estadual do Jacuí [manuscrito] / Joseane da Silva Novo – 2021.

92 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2021.

“Orientação: Prof^a. Dra. Patrícia Kayser Vargas Mangan ”.

1. Memória social. 2. Trajetórias profissionais. 3. Educadores prisionais.
I. Mangan, Patrícia Kayser Vargas. II. Título.

CDU: **316.7**

JOSEANE DA SILVA NOVO

Trabalho Final aprovado como requisito parcial para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro



Profa. Dra. Hildegard Susana Jung
Universidade La Salle



Prof. Dr. Moisés Waismann
Universidade La Salle



Profa. Dra. Tamara Cecilia Karawejczyk Telles
Coordenadora - Universidade La Salle



Profa. Dra. Patricia Käyser Vargas Mangan
Orientadora e Presidente da Banca - Universidade La Salle

Área de concentração: Memória Social e Bens Culturais

Curso: Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 04 de novembro de 2021.

RESUMO

A educação é um direito social assegurado pela Constituição Federal. O indivíduo sentenciado que ingressa no sistema prisional é privado de sua liberdade, porém, continua detentor dos demais direitos e garantias fundamentais. Nesse contexto, a educação prisional possui um papel importante na retomada do convívio em sociedade desses indivíduos, melhorando sua perspectiva para o futuro e possibilitando romper um ciclo de exclusão e reincidência ao crime. É desse modo que a figura do professor emerge nesses espaços, dando origem ao problema de pesquisa: como dar visibilidade aos professores que atuam no contexto do ensino dentro do sistema prisional no Rio Grande do Sul? Deste problema, tendo como recorte espacial a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), foi estabelecido como objetivo geral registrar trajetórias profissionais de professores que atuam em escolas dentro do sistema prisional, mais especificamente, que em algum momento tenham trabalhado com educação prisional na PEJ, incluindo, o Núcleo Estadual Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) Sueli Rodrigues da Silva. A presente pesquisa visa, também, debater a educação nos espaços prisionais, à luz da Memória Social, fundamentado em autores como Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Joel Candau e Icléia Thiesen. O percurso metodológico envolveu três etapas: investigação documental, entrevistas temáticas e análise dos dados obtidos, que resultaram em um documento sistematizado, contendo relatos e imagens que registram memórias de professores que estiveram à frente da educação prisional na PEJ. Como produto técnico foi elaborada uma agenda personalizada, contendo o resumo dos principais achados da pesquisa, com o objetivo de dar visibilidade à história de professores que atuam ou atuaram nesses espaços e oportunizar aos interessados na temática, explorar um pouco mais sobre esse ambiente tão importante e peculiar e a realidade vivida pelos educadores prisionais.

Palavras-chave: memória social; trajetórias profissionais; educadores prisionais.

ABSTRACT

Education is a social right guaranteed by the Brazilian Federal Constitution. The sentenced person who enters the prison system is deprived of his freedom, however, he keeps other fundamental rights and guarantees. In this context, prison education plays an important role in resuming the coexistence in society of this individual, improving their perspective for the future and making it possible to break a cycle of exclusion and crime recurrence. This is how the figure of the teacher emerges in these spaces, giving rise to the research problem: how to give visibility to teachers who work in the context of teaching within the prison system in Rio Grande do Sul? Based on this research problem, the Jacuí State Penitentiary (PEJ) was delimited as a spatial cutout, and the general objective was defined as: to register professional trajectories of teachers who work in schools within the prison system, more specifically, who at some point have worked with prison education in the PEJ, including the State Center for Youth and Adult Education (NEEJA) Sueli Rodrigues da Silva. This research also aims to debate education in prison spaces, in the light of Social Memory, based on authors such as Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Joel Candau, and Icléia Thiesen. The methodological approach involved three phases: desk research, thematic interviews and analysis of the data obtained, which resulted in a systematized document, containing reports and images that record memories of teachers who were at the forefront of prison education in the PEJ. As technical product, a personalized agenda was created, containing a summary of the main findings of the research, in order to give visibility to the history of teachers who work or worked in these spaces and provide opportunities for those interested in the subject to explore a little more about this environment so important and peculiar and the reality experienced by prison educators.

Keywords: social memory; professional trajectories; prison educators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Documentos Federais de acesso público.....	22
Quadro 2 - Documentos Estaduais de acesso público.....	23
Quadro 3 - Trabalhos localizados a partir do descritor "Penitenciária Estadual do Jacuí" "educação de jovens e adultos".....	27
Quadro 4 - Trabalhos localizados a partir do descritor "educação prisional" "educação de jovens e adultos" "memória social".....	28
Figura 1 - Proposição de indicações dos sujeitos entrevistados.....	31
Quadro 5 - Perfil docente dos participantes da pesquisa.....	32
Figura 2 - Localização da PEJ.....	35
Figura 3 - Fachada do prédio Administrativo da PEJ.....	35
Figura 4 - Instituições responsáveis pela educação na PEJ.....	63
Quadro 6 - Produto final: escolha de imagens e fonte.....	66
Figura 5 - Ilustração com a capa da agenda.....	68
Figura 6 - Elementos centrais da agenda.....	69

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BM	- Brigada Militar
CENPRE	- Centro Regional de Estudos, Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos
CPA	- Colônia Penal Agrícola
CRE	- Coordenadoria Regional de Educação
DEPEN	- Departamento Penitenciário
ENCCEJA	- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	- Ensino Médio e Exame Nacional do Ensino Médio
EsFES/PoA	- Escola de Formação e Especialização de Soldados de Porto Alegre
FURG	- Universidade Federal do Rio Grande
IPCH	- Instituto Penal de Charqueadas
LEP	- Lei de Execução Penal
NEEJA	- Núcleo de Educação de Jovens e Adultos
OAB/RS	- Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rio Grande do Sul
PASC	- Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas
PEAR	- Penitenciária Estadual de Arroio dos Ratos
PEC	- Penitenciária Estadual de Charqueadas
PEESP	- Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional
PEJ	- Penitenciária Estadual do Jacuí
PMEC	- Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas
PROERD	- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
SEDUC	- Secretaria da Educação
SEDUC-RS	- Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul
SISDEPEN	- Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SSP	- Secretaria da Segurança Pública
SUSEPE	- Superintendência dos Serviços Penitenciários

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REVISÃO CONCEITUAL.....	12
2.1 Memória social e trajetórias docentes.....	12
2.2 Contexto legal da educação formal no sistema prisional.....	15
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	19
3.1 Primeiras análises documentais.....	21
3.2 Estado da arte.....	25
3.3 Sobre as primeiras aproximações ao campo.....	29
3.4 Realização das entrevistas.....	30
4 UMA ESCOLA DENTRO DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DO JACUÍ	35
4.1 Chegando no prédio do NEEJA.....	36
4.2 De “Um NEEJA na PEJ” para “ O NEEJA da PEJ”	37
5 ANÁLISE DOS DADOS E CONSTRUÇÃO DO PRODUTO FINAL.....	40
5.1 Conhecendo trajetórias docentes.....	40
5.1.1 <i>Isabel Sicília Ferreira</i>	40
5.1.1 <i>Clarice Vivian</i>	43
5.1.3 <i>Marlete Regina de Souza Barreto</i>	48
5.1.4 <i>Telma Elita Nunes de Mattos</i>	51
5.1.5 <i>Carmen Rita Araújo Ferreira Mattos Pereira</i>	54
5.1.6 <i>Maria Zeloí Bueno de Oliveira</i>	56
5.2 Entrecruzamentos de histórias de vida.....	57
5.3 Entrelaçando memória institucional e trajetórias docentes.....	59
5.4 Reconstituindo um histórico de educação na PEJ.....	64
5.5 Registrando novas histórias: uma agenda como produto técnico.....	65
6 CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXO 1 - Texto relativo à professora Sueli Rodrigues da Silva.....	79
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista: entrevista com a diretora.....	80

APÊNDICE B - Entrevista com a professora Isabel.....	82
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista: entrevistas realizadas com as professoras.....	88

1 INTRODUÇÃO

A vontade de ser professora vem da minha infância. Na escola, sempre que possível, era voluntária para palestrar, participar de projetos ou qualquer outra atividade extracurricular. Estudei em uma escola técnica estadual, onde cursava Comércio Exterior paralelamente com o ensino médio, porém, por falta de recursos, o Estado interrompeu o curso técnico. Foi então que decidi estudar para prestar concurso público, logrando êxito em 2005, no concurso para a carreira de soldado da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Durante os primeiros três anos de carreira, dediquei-me exclusivamente à profissão, porém, a cada ocorrência atendida, surgiam muitos questionamentos e, com eles, a necessidade e o desejo de ampliar saberes.

Eis que, em 2008, fui aprovada no vestibular da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, ingressando no curso de Letras/Português. Meu primeiro desafio acadêmico foi conciliar os estudos com a rotina estressante da profissão policial, pois, na época, atuava exclusivamente na atividade de policiamento ostensivo. Ao longo dos quatro anos de formação, criei identidade com o curso e afinidade pelas áreas da Linguística e Análise do Discurso. Fui convidada a participar do projeto de pesquisa “Produção Textual Acadêmica”, para alunos do primeiro ano da graduação dos cursos de licenciatura da universidade. Essa foi minha primeira experiência docente, que abriu portas tanto no ambiente acadêmico, quanto profissional. Tive a oportunidade de realizar diversos cursos, entre eles o de Formação de Formadores, Violência, Criminalidade e Prevenção, Mulher Vítima de Violência Doméstica e curso de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, promovidos pela Rede Nacional de Educação a Distância para a Segurança Pública, em parceria com a Brigada Militar.

Ao longo da carreira, tive a oportunidade de integrar o quadro docente da corporação, quando concluí, em 2008, o Curso de Formação de Instrutor do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). No Brasil, o PROERD é organizado pela Câmara Técnica Nacional, vinculado ao Conselho Nacional de Comandantes-Gerais, e tem o objetivo de desenvolver uma

ação conjunta entre o Policial Militar devidamente capacitado (policial instrutor), professores, especialistas, estudantes, pais e comunidade para prevenir e reduzir o uso de drogas e a violência na comunidade escolar gaúcha. No âmbito da Brigada Militar, tem suas normas e procedimentos regulados na Nota de Instrução de Ensino e Treinamento Nº 3.6, em programa institucional da corporação e política pública de prevenção às drogas, consoante à Lei Estadual nº 13.468, de 15 de junho de 2010; aplicado na rede escolar do Estado do Rio Grande do Sul.

Em virtude dessa qualificação, em 2009 tornei-me instrutora do Curso Básico de Formação Policial Militar, responsável pela disciplina de Política e Legislação Sobre Drogas. Com isso, anos mais tarde, em 2015, concluí o curso de Especialização em Dependência Química, promovido pelo Centro de Estudos Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos – CENPRE – FURG, devido à necessidade de ampliar o conhecimento na área, vez que trata-se de uma demanda diária dos profissionais da segurança pública. Em 2017, fui voluntária para integrar a Força Tarefa da Brigada Militar “Operação Canarinho” na maior instituição penal da América Latina, a Cadeia Pública de Porto Alegre, onde servi por, aproximadamente, dois anos, afastada da minha unidade de origem, em Rio Grande/RS, cidade na qual meus familiares também residem.

Logo, foi necessário considerar uma mudança de planos, sobretudo a transferência para a cidade de Porto Alegre/RS, visto que se tornava cada vez mais importante e necessário o meu ingresso em um programa *Stricto Sensu* para que fosse possível, não só obter qualificação profissional, mas também aproveitar a oportunidade que a Universidade La Salle proporciona à Brigada Militar, oferecendo aos policiais militares bolsas de estudo para o Mestrado e Doutorado. Assim, ingressei no PPG Memória Social e Bens Culturais (2019) passando, então, a residir na capital do Estado e servir na Escola de Formação e Especialização de Soldados e Sargentos da Brigada Militar de Porto Alegre (EsFES/PoA). Atualmente, exerço minhas atividades novamente na Força Tarefa da Brigada Militar, dessa vez, na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ).

É a partir dessa trajetória pessoal e profissional que me aproximo do tema da presente pesquisa: o ensino dentro do sistema prisional. Duas abordagens,

relacionadas, foram inicialmente consideradas: como se dá o ensino do apenado e como se dá a formação do professor que atua nestes espaços. Tendo estas duas perspectivas, optamos por estabelecer como problema de pesquisa: como dar visibilidade aos professores que atuam no contexto do ensino dentro do sistema prisional no Rio Grande do Sul? Deste problema, tendo como recorte espacial a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), foi estabelecido como **objetivo geral** registrar trajetórias profissionais de professores que atuam em escolas dentro do sistema prisional, mais especificamente, que em algum momento tenham trabalhado com educação prisional na PEJ.

Foram ainda definidos como objetivos específicos: (i) dar visibilidade à história da escola e dos professores que atuam nela; (ii) obter registros imagéticos que sejam significativos para as entrevistadas e que possam fazer parte do produto final; (iii) mapear elementos significativos da escola e das trajetórias profissionais com vistas a compor, por meio de textos e imagens, uma agenda. A partir desses objetivos, o principal produto técnico resultante será uma agenda, isto é, um livro ou caderno destinado a registrar os compromissos diários que servirá, também, como um elemento para registrar e divulgar a escola e dar visibilidade às educadoras.

Dessa forma, por meio desse relatório técnico, sistematizando os principais achados de pesquisa e da agenda prototipada, almeja-se que os resultados desta pesquisa tenham aplicação direta na formação continuada de professores do NEEJA em sistemas prisionais, bem como ajudem a divulgar para a comunidade, como um todo, o trabalho desses docentes. Essa pesquisa se justifica, na dimensão pessoal pela trajetória e interesses da pesquisadora, descrito no memorial que inicia esta introdução, e na dimensão social pela importância de que a academia contribua para que a voz desses profissionais da educação seja ouvida em diferentes âmbitos. Do ponto de vista acadêmico, conforme detalhado na seção 3.2, o levantamento do estado da arte (ou revisão bibliométrica) indica que ainda que a temática geral seja de interesse dos pesquisadores da área, com o enfoque estabelecido não foram localizados trabalhos que atendessem aos objetivos definidos. Tal indicação se deve ao fato de nas duas formas de busca definidas, os onze trabalhos selecionados para análise apresentaram alguma transversalidade com a temática desta pesquisa, mas

especificamente sobre a análise de experiências e trajetórias dos docentes da PEJ à luz da Memória Social não foi localizado nenhum estudo acadêmico até o momento no buscador examinado.

O capítulo seguinte abordará conceitos e reflexões acerca da Memória Social, à luz de autores sobre o tema, bem como trajetórias docentes e contextualização legal da educação nos espaços de privação de liberdade, seguido da descrição do percurso metodológico, contido no capítulo 3. O capítulo 4 traz informações sobre a PEJ obtidas durante a pesquisa, enquanto o capítulo 5 dá conta da análise dos dados e o produto final. Finalmente, o capítulo 6 apresenta as conclusões e os trabalhos futuros.

2 REVISÃO CONCEITUAL

Neste capítulo serão abordados conceitos acerca da Memória Social e Memória Institucional, alicerçados em autores como Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Joel Candau e Icléia Thiesen. Na sequência, a educação formal no sistema prisional será discutida sob o ponto de vista legal, seguido de especificidades do contexto da PEJ.

2.1 Memória social e trajetórias docentes

O objetivo principal da presente pesquisa é conhecer e discutir a educação no sistema prisional, sob a luz da Memória Social. Por seu caráter multidisciplinar, possibilita transcender fronteiras entre disciplinas e instituições, gerando assim novas questões a serem estudadas, que dizem mais sobre o panorama presente, do que eventos do próprio passado (Gondar, 2016). O local escolhido para a pesquisa é a Penitenciária Estadual do Jacuí, onde funciona o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Sueli Rodrigues da Silva.

As considerações sobre Memória Social e suas representações sugerem o ponto de partida para a organização de um raciocínio sobre a trajetória de professores que atuam em estabelecimentos prisionais. Esta análise possibilita compreender o percurso dos profissionais que participam deste processo. É nesse sentido que Halbwachs (1990) afirma que a memória coletiva se constrói através de recordações e percepções individuais, isto é, uma ponte entre o individual e o coletivo. Halbwachs (2006) defende que a memória coletiva sobressai a memória individual e que esta só existe a partir de vestígios deixados pela coletividade. Para este autor, cotejar diferentes narrativas ajudam na ressignificação do passado e do presente. Assim

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Embora Michael Pollak (1992) defina memória como um fenômeno intrínseco, que se encontra na essência de cada um, Halbwachs (2006) afirma que a memória deve ser compreendida como um fenômeno social, construído pela coletividade através de transformações, oscilações e processos constantes. Por esta razão, optou-se por realizar entrevistas tanto com educadores que compõem o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos Sueli Rodrigues da Silva, quanto com outros professores que tiveram passagem pela educação prisional da Penitenciária, Estadual do Jacuí, com o intuito de explorar diferentes experiências e opiniões, através de narrativas, sobre a educação no espaço prisional. Para Pollak (1989) é importante dar voz às minorias, questionando a visão tradicional da memória. Por isso, ainda que a diretora também seja parte do grupo de entrevistados, espera-se dar voz, principalmente, aos professores.

Por sua vez, o indivíduo em situação de cárcere traz como memória, para Julião (2009), experiências positivas e negativas vividas antes ou durante a reclusão. Além da expectativa de retorno à família, trabalho e estudos, há a frustração do estigma da figura do preso na sociedade. Considera-se um importante trabalho futuro realizar uma pesquisa ouvindo as narrativas destes sujeitos com relação às suas experiências, expectativas e percepções sobre o acesso à educação durante o período de encarceramento, o qual não faz parte do escopo deste trabalho. Para os professores que atuam em estabelecimentos prisionais, o desafio se torna ainda maior; não se trata apenas de alfabetizar, mas de resgatar memórias, valores e experiências perdidos neste ambiente tão controverso.

Uma pesquisa pautada em trajetórias docentes implica trabalhar com as vivências e experiências destes profissionais, com o intuito de proporcionar maior visibilidade ao trabalho com educação prisional. Para estes sujeitos, recordar é compartilhar o convívio com seus pares, agentes e apenados que circulam diariamente por entre as grades da penitenciária; o contato, ainda que apenas visual com o outro, documentos, figuras e objetos ou qualquer outro elemento que estimule lembranças em comum. Nesse contexto,

Dois seres podem se sentir estreitamente ligados um ao outro, e terem em comum todos os seus pensamentos. Embora em certos momentos suas

vidas decorram em ambientes diferentes, através de cartas, descrições ou por narrativas quando se aproximam, eles podem dar a conhecer um ao outro detalhes de circunstâncias em que se encontravam quando já não estavam mais em contato, mas será preciso que se identifiquem um ao outro para que tudo o que de suas experiências fosse estranho para um ou para outro seja assimilado em seu pensamento comum (HALBWACHS, 2006, p.51).

Para Halbwachs (2006), as experiências e manifestações vividas no coletivo são imprescindíveis para a memória, pois dessa forma os indivíduos trazem à tona suas lembranças – não necessariamente depoimentos literais - como parte integrante de um grupo. Nesse sentido, ainda que nem todos os professores tenham feito parte da história do NEEJA da PEJ, as lembranças coletivas de cada um, quando evocadas, possuem caráter social: expressam sensações, sentimentos, significados, pontos de vista em comum entre as memórias. Importante frisar que para este autor, a linguagem é considerada um importante instrumento de apoio da memória, vez que viabiliza a estruturação, difusão dos acontecimentos, possibilitando rememorar o passado de cada pessoa.

No entanto, cabe ressaltar que na Candau nos adverte que a lembrança é "algo distinto do acontecimento passado" (Candau, 2012, p. 66), isto é, trata-se de:

[...] de uma imagem (*imago mundi*), mas que age sobre o acontecimento (*anima mundi*), não integrando a duração e acrescentando o futuro do passado. (CANDAU, 2012, p.66-67)

Embora na visão de Nora (1993) a Penitenciária Estadual do Jacuí não se estabeleça como um lugar de memória, cabe destacar alguns elementos simbólicos, isto é, espaços existentes dentro do próprio complexo prisional que marcam uma memória a não ser esquecida. De acordo com Wolff (1991), parte da área onde está localizada a PEJ pertencia ao político, escritor, jornalista e médico Ramiro Barcelos, que construiu uma fazenda no local para a cultura das charqueadas¹. Após falência, a propriedade passou a ser do Estado que, utilizou a área como um posto zootécnico, o qual veio a ser desativado e, posteriormente, como uma unidade do

¹ Charqueadas são locais onde carne bovina é salgada e cortada em camadas, formando o charque, comida típica do Rio Grande do Sul (IBGE, 2021).

hospital psiquiátrico São Pedro, de Porto Alegre, para atividades laborais dos pacientes, como avicultura e plantio de hortaliças.

Outro local de destaque é o memorial da PEJ, um espaço reservado em frente a sala do diretor do presídio, onde estão reunidos fotos e objetos que fazem parte da história da penitenciária, entre eles, galeria dos ex-diretores, maquete do complexo e quadro de artefatos caseiros produzidos pelos presos e apreendidos em revistas gerais.

Finalmente, é importante considerar, ainda, o conceito de memória institucional

[...] a memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento. Há um processo seletivo que se desenvolve segundo regras instituídas e que variam de instituição para instituição Tendo em vista que as instituições funcionam em rede no campo social, o limite de uma instituição é outra instituição. E as informações relevantes para a recuperação da memória institucional devem ser, por isso, buscadas não apenas nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais. A memória institucional está em permanente elaboração, pois é função do tempo. (THIESEN, 1997, p.145).

O conceito de memória institucional será aprofundado durante a discussão da seção 5.3.

2.2 Contexto legal da educação formal no sistema prisional

De acordo com a Constituição Federal brasileira, no que confere o art. 205, a educação no Brasil é um direito de todos e um dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Tal direito se estende aos indivíduos privados de sua liberdade, conforme o disposto no art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948)

Nesse sentido, um dos principais objetivos da Lei de Execução Penal (LEP) é possibilitar a reintegração do apenado à sociedade, através do ensino:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização.

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária.

Dados do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN) de 2019 apontam que o Brasil possui um contingente prisional de mais de 700 mil presos, considerando todos os regimes de cumprimento de pena. No que se refere ao nível de escolaridade dos apenados brasileiros, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), 75% da população carcerária não atingiu o ensino médio e menos de 1% possui graduação. A Resolução nº 02, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, estabeleceu a fronteira normativa na educação prisional no País, acompanhada pelo Decreto Federal nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional (PEESP), que além de ampliar e enrijecer a norma federal, organiza o papel dos Estados na oferta de educação nos estabelecimentos penais.

A legislação prevê, ainda, o benefício da remição de pena para o condenado que estuda, o qual também é um recurso previsto na LEP, que permite a redução de um dia da pena a cada doze horas de atividades estudantis, num período mínimo de

72 horas. Destaca-se, ainda, o acréscimo de um terço sobre os dias remidos, em casos de conclusão do ensino fundamental, médio ou curso superior. As atividades educacionais são realizadas nas dependências do estabelecimento penal, em espaço físico próprio, que fará parte do sistema de educação pública da unidade federada.

Dessa maneira, se o estabelecimento estiver sob administração do governo estadual, por exemplo, todas as atividades educacionais ficarão a cargo da rede estadual de ensino. Entretanto, é possível que o indivíduo preso realize os estudos em estabelecimento de ensino comuns, isto é, fora do ambiente prisional. Todavia, este é um recurso que contempla apenas apenados do regime semiaberto, os quais podem obter o benefício da saída temporária para frequentar o ensino médio, superior ou curso profissionalizante. O direito a esses benefícios é garantido pela Recomendação Nº 44, de 26 de novembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça

Art. 1º, III - considerem, para fins de remição pelo estudo, o número de horas correspondente à efetiva participação do apenado nas atividades educacionais, independentemente de aproveitamento, exceto, neste último aspecto (aproveitamento), quando o condenado for autorizado a estudar fora do estabelecimento penal (LEP, art. 129, § 1º), ocasião em que terá de comprovar, mensalmente, por meio de autoridade educacional competente, tanto a frequência, como o aproveitamento escolar.

No entanto, tendo como base a qualidade do ensino oferecido nas instituições de ensino públicas, o cenário que se apresenta, via de regra, não condiz com o que é estabelecido na norma: salas de aulas improvisadas, infraestruturas precárias, escassez de material didático e demais problemas que dificultam o trabalho, não só dos educadores, mas também dos agentes responsáveis por garantir a segurança e manutenção desses espaços. Segundo Ireland (2010) a inquietação central das casas prisionais é com a segurança do próprio estabelecimento e das pessoas que ali trabalham, bem como o cumprimento da pena dos indivíduos encarcerados. Ainda, para Onofre “[...] há que se assinalar também, que a participação dos professores na definição das políticas educacionais tem sido limitada, e esse

fator prejudica a concretização das mudanças desejadas.” (ONOFRE, 2012, p. 209)

A Lei de Diretrizes Nacionais de Educação nos Estabelecimentos Prisionais prevê, entre outros objetivos e metas, o acesso a programas de formação integrada, inicial e continuada, para educadores, gestores, técnicos e agentes penitenciários, considerando as peculiaridades da política de execução penal. Nesse contexto, Duarte (2013) afirma que não basta apenas contratar professores, é necessário, antes de tudo, buscar profissionais com perfil para atuar na educação prisional.

No Rio Grande do Sul, o ensino formal no sistema penitenciário é oferecido através da SUSEPE e SEDUC, de acordo com as diretrizes do Plano Estadual de Educação nas Prisões que visa, entre outros aspectos, a promoção de políticas públicas que garantam acesso ao ensino formal, informal e profissionalizante de qualidade à pessoas privadas de liberdade. A oferta de ensino se dá através da implantação Núcleos de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) e pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), o qual certifica o Ensino Médio e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Há, também, ações de fomento ao ensino através de programas de incentivo à leitura, produção textual e publicações bianuais de obras literárias.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada nesta pesquisa pode ser classificada (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) quanto aos objetivos como descritiva, uma vez que busca investigar informações, descrever fatos e fenômenos no contexto da educação prisional, e quanto aos procedimentos como uma pesquisa de campo uma vez utiliza como técnicas de coleta de dados, além de pesquisa documental, entrevistas com professoras. Importante também indicar que a pesquisa segue uma abordagem qualitativa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, MINAYO, 2007).

O percurso metodológico desta pesquisa envolve três etapas. A primeira etapa bibliográfica e documental permite estabelecer o contexto da pesquisa e dos entrevistados, apresentando os diferentes aspectos da educação formal nos espaços prisionais, bem como dos casos que serão estudados em maior detalhamento. A pesquisa documental (SANTOS, 2000) pode ser realizada em variadas fontes como por exemplo pareceres, relatórios e documentos arquivados, sendo uma ferramenta importante na pesquisa qualitativa, tanto para agregar informações, quanto para revelar outros aspectos de um tema ou problema. Conforme Minayo (2007), este processo visa auxiliar na compreensão de dados empíricos, possibilitando associá-los às demais pesquisas bibliográficas utilizadas no trabalho de campo. Dessa maneira, o pesquisador se aproxima do contexto de sua pesquisa e, ao mesmo tempo, interage com os demais elementos contidos nessa realidade.

Na segunda etapa, por meio de entrevistas temáticas, a qual é uma "forma de entrevista não estruturada, de profundidade e com características específicas" (BAUER; GASKELL, 2002, p. 95) com professores e gestores que atuam ou atuaram na PEJ, registrar memórias e trajetórias profissionais; identificar práticas de ensino, bem como apresentar percepções sobre os desafios e sobre a efetividade dessas escolas. Para Garcia e Souza (2018, p.200), "a pesquisa assinada em narrativas, geralmente, se concentra na vida das pessoas, contadas por meio de suas histórias". Nessa perspectiva, a narrativa encontra-se nas histórias das pessoas, por

meio de suas experiências (VASCONCELOS, *et al.*, 2018). Ou ainda, como indica Garcia e Souza:

A análise das narrativas pressupõe não só a análise do formato, mas em especial, também, a compreensão do significado do evento na vida das pessoas. A narrativa permite compreender experiências particulares e os sentidos destas, sendo o aporte teórico da pesquisa qualitativa seu fundamento. As narrativas revelam sobre as pessoas, mas também acerca do coletivo, a respeito das relações humanas e os significados sociais de determinada época. (GARCIA; SOUZA, 2018, p.202).

Adotamos um procedimento de seleção das entrevistadas a partir da perspectiva Meihy (2005), isto é, partimos de uma entrevista inicial com a diretora da escola, que caracterizou-se como “pessoa-fonte”, indicando outras “pessoas-fonte” e servindo de subsídio para formar a “colônia” (pessoas que foram efetivamente entrevistadas).

Também inspirado por Meihy (2005), o tratamento das entrevistas utilizou três procedimentos - transcrição, textualização e transcrição - que se complementam e são assim definidas pelo autor:

Transcrição literal: passagem de todas as palavras de uma entrevista para a escrita.

Textualização: transcrição trabalhada, integrando as perguntas, estabelecendo a lista das palavras importantes e das expressões básicas das histórias. (...)

Transcrição: entrevista trabalhada já em sua fase de apresentação pública. As correções gramaticais, as frases completas, tudo deve ser estabelecido nesta etapa. (MEIHY, 2005, p. 194)

Por se tratar de um ambiente prisional, o uso de gírias, expressões e termos próprios é bastante comum não só pelos detentos, mas também pelos próprios professores. E se, por um lado, esta prática favorece a comunicação e proporciona maior aproximação entre o educador e o reeducando, por outro acaba por dificultar o entendimento daqueles que não conhecem nem acessam esses espaços. Nesse sentido, a transcrição torna-se um método bastante adequado para esta pesquisa, pois, de acordo com Meihy (2005) permite “recriar” o texto para expressar melhor o sentido e o propósito do que foi documentado das entrevistas. Como resultados

esperados está a busca por dar visibilidade à história da escola e dos professores que atuam dentro de presídios, a partir dessa dissertação e de uma agenda (produto técnico final do mestrado profissional) que sistematiza os principais achados da pesquisa. Esses documentos gerados como resultado final das pesquisas permitem aos leitores, professores em formação ou interessados na temática, conhecer um pouco mais sobre esse importante e complexo ambiente educacional, suas peculiaridades, bem como a realidade vivida por educadores que atuam em ambientes prisionais. Este documento, fruto principalmente da terceira etapa, consiste na análise dos dados coletados nas etapas anteriores e sistematizado nesta dissertação e no produto final.

De acordo com Minayo (2007), a análise será por etapas: leitura e releitura inicial dos textos, exaustivo e aprofundado exame do material em questão, com o objetivo de trazer à tona temas convergentes e discordantes relativos ao objeto de investigação, bem como delimitação das temáticas mais recorrentes, com subsequente associação e discussão com a leitura pertinente. É oportuno salientar que a diretora do NEEJA na PEJ, professora Isabel Ferreira, colaborou ativamente repassando informações, mediando a rede de contato e permitindo acesso a locais e materiais necessários para a pesquisa.

3.1 Primeiras análises documentais

Em virtude das mudanças recentes ocorridas, tanto na estrutura física quanto organizacional do NEEJA na PEJ, a análise documental teve seu ponto de partida através de dados fornecidos pela diretora da escola, o que possibilitou iniciar uma ampla pesquisa sobre os regramentos específicos da educação prisional. O acesso ao material analisado foi obtido de duas maneiras: documentos originais e cópias físicas arquivados na secretaria do Núcleo e acesso virtual.

Num primeiro momento, foram selecionados e examinados arquivos contendo leis, resoluções, pareceres, ofícios, entre outros documentos que fundamentam a criação e permanência do NEEJA na PEJ. Tal investigação resultou, ainda, em dois

quadros sistematizados contendo os principais regramentos, tanto federais quanto estaduais, sobre a educação de jovens e adultos em estabelecimentos penais.

Quadro 1 - Documentos Federais de acesso público

Fonte	Tipo de documento	Principais achados
Conselho Nacional de Educação	Cópias físicas: pareceres	<p>nº 11/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.</p> <p>nº 29/2006 - Reexame de pareceres que definiram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.</p> <p>nº 6/2010 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos de duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação à Distância.</p>
Câmara de Educação Básica - Conselho Nacional de Educação	Cópias físicas: resoluções	<p>nº 1, de 05 de julho de 2000 - Estabelece diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos</p> <p>nº 2, de 19 de maio de 2010 - Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.</p> <p>nº 3, de 15 de junho de 2010 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.</p>
Diário Oficial da União (DOU)	Cópias físicas e virtuais: leis federais	<p>nº 5.692/71 - Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.</p> <p>nº 7.210/84 - Institui a Lei de Execução Penal.</p> <p>nº 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</p> <p>nº 10.172/01 - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.</p>

		<p>nº 11.494/07 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.</p> <p>nº 11.741/08 - Altera dispositivos da lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.</p>
--	--	---

Fonte: Autoria própria (2021).

Quadro 2 - Documentos Estaduais de acesso público

Fonte	Tipo de documento	Principais achados
Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AL-RS)	Cópias físicas e virtuais: leis e decretos	<p>Lei nº 9.672/92 - Dispõe sobre a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Estadual de Educação.</p> <p>Lei nº 11.452/00 - Altera disposições da Lei nº 9.672, de 19 de junho de 1992, que dispõe sobre a composição, funcionamento e as atribuições do Conselho Estadual de Educação, e dá outras providências.</p> <p>Decreto nº 41.649, de 28 de maio de 2002, cria o NEEJA Julieta Villamil Balestro</p>
Secretaria da Educação (SEDUC-RS)	Cópia física: termo de justificativa	Referências nacionais e estaduais para oferta de Educação e Jovens e Adultos (EJA) em estabelecimentos prisionais.
Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul	Cópia física	nº 101, de 29 de maio de 2002, que publica o decreto de criação do NEEJA Julieta Villamil Balestro
Conselho Estadual de Educação (CEED-RS)	Cópias físicas: pareceres	<p>nº 213/1994 - Ao fixar normas gerais para o Ensino Supletivo no Sistema Estadual de Ensino, possibilitou a organização de Cursos de Qualificação Profissional de 2º Grau conjugados ou não com Curso de Suplência de 2º Grau.</p> <p>nº 774/1999 - A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino.</p> <p>nº 253/2000 - Consolida e amplia as normas para</p>

		<p>designação de estabelecimentos de educação básica do sistema estadual de ensino e estabelece outras providências.</p> <p>nº 328/2002 - Parecer favorável à criação de Núcleos de Educação de Jovens e Adultos – NEJAs, em: Presídio Central de Porto Alegre; Presídio Regional de Passo Fundo; Presídio Regional de Santa Maria; Penitenciária Estadual do Jacuí, em Charqueadas; Presídio Regional de Bagé; Presídio Estadual de Bento Gonçalves; Presídio Estadual de Santa Rosa.</p> <p>nº 1.422/2002 - Credencia a PEJ no NEEJA Julieta Villamil Balestro</p> <p>nº 288/2006 - Dispõe sobre os procedimentos para análise e aprovação dos regimentos escolares de estabelecimentos de ensino que integram o Sistema Estadual de Ensino.</p> <p>nº 728/2010 - Adesão ao Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos-ENCCEJA.</p> <p>nº 586/2012 - Criação de Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos - NEEJA nas dependências da Penitenciária Estadual no município de Guaíba</p> <p>nº 890/2012 - Manifesta-se favorável à criação de Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos – NEEJA, nas dependências da Penitenciária Estadual do Jacuí, no município de Charqueadas.</p>
Secretaria da Educação (SEDUC-RS)	Folha de Informação	<p>Informação CEFE/DP nº 4.229, de 05 de setembro de 2012 - na qual consta o encaminhamento do processo de criação do NEEJA na PEJ ao Conselho Estadual de Educação.</p>
12º Coordenadoria Regional de Ensino (CRE-RS)	Cópia física: ofícios	<p>nº 79, de 17 de junho de 2011 - Encaminhado ao Conselho Estadual de Educação a proposta de criação do NEEJA nas dependências da Penitenciária Estadual do Jacuí</p> <p>nº 84, de 29 de junho de 2011 - Encaminha a secretaria da Educação o pedido de criação do Núcleo Estadual de Educação de jovens e adultos nas dependências da Penitenciária Estadual do Jacuí.</p>

Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE-RS)	Cópia física: despacho	Despacho firmado pelo Superintendente da SUSEPE, de 23 de janeiro de 2012- Manifesta-se favorável à criação de Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos – NEEJA, nas dependências da Penitenciária Estadual do Jacuí, no município de Charqueadas.
Diretoria do Departamento de Tratamento Penal da Susepe	Folha de Informação	Folha de informação número 19, solicitando a criação do NEEJA na instituição.

Fonte: Autoria própria (2021).

Além de documentos públicos, também obteve-se acesso a algumas informações restritas aos funcionários da penitenciária cujo teor, embora não sejam diretamente relevantes para esta pesquisa, contribuiu para a compreensão parcial de questões administrativas como recrutamento de professores, processos de remição de pena pelo estudo, critérios para seleção de alunos, etc.

Num segundo momento, foi encontrado um pequeno acervo da escola, nas dependências da PEJ, contendo dados de ex alunos - os quais não foram analisados para fins desta pesquisa - trabalhos de sala de aula, imagens, registro de atividades promovidas em parceria com a direção da penitenciária, arquivos de projetos, objetos, textos, entre outros, que servem de embasamento para que se conheça, intimamente, todas as informações e materiais disponíveis para a realização do projeto.

3.2 Estado da arte

Visando explorar de forma mais metódica aspectos de memória e educação formal nos espaços prisionais, foram elaboradas duas análises através da ferramenta Google Acadêmico, com o intuito de averiguar a relevância do tema de pesquisa. Para Sá Barreto (2001, p. 05):

O balanço do conhecimento produzido sobre um tema permite que se organize o conjunto de informações disponíveis, com vista a identificar tendências e recorrências, indicar as possibilidades de integração de diferentes perspectivas e localizar lacunas e questões emergentes.

Cabe destacar que, em ambas as buscas, foram aplicados os seguintes filtros: classificar por relevância; a qualquer momento; em qualquer idioma; incluir patentes; incluir citações.

A primeira análise, utilizando o descritor “Penitenciária Estadual do Jacuí” “educação de jovens e adultos”, obteve 27 resultados, dos quais apenas cinco produções apresentaram alguma relação com o tema desta pesquisa. Na segunda, optou-se por utilizar a expressão "educação prisional" "educação de jovens e adultos" "memória social", que retornou com 33 resultados. Destes, seis mostraram aproximação com o tema. Para que fosse possível selecionar apenas produções relevantes para a pesquisa, foram lidos os resumos dos 60 trabalhos científicos encontrados na plataforma e formulados dois quadros, contendo os principais achados de cada descritor.

O quadro 3 refere-se aos resultados obtidos com o primeiro descritor "Penitenciária Estadual do Jacuí" "Educação de Jovens e Adultos", onde a coluna referente à instituição indica a afiliação do(s) autor(es) do artigo ou monografia. Examinando o quadro, nota-se que os dois primeiros trabalhos são os que mais se assemelham à temática desta pesquisa, tanto pelo contexto da educação de jovens em adultos, quanto pelo enfoque nas narrativas dos professores - neste caso, o artigo 1 - e a questão do ensino, especificamente, dentro do complexo prisional de Charqueadas. Já nos trabalhos 3 e 4, o enfoque está no ensino e nas práticas docentes em ambientes prisionais para jovens e adultos privados de liberdade. O último trabalho, ainda que desenvolvido na Penitenciária Estadual do Jacuí, utilizando a técnica de entrevista semi-estruturada, é o que menos se aproxima do tema proposto, pois o foco principal do trabalho são os alunos reclusos.

Quadro 3 - Trabalhos localizados a partir do descritor "Penitenciária Estadual do Jacuí" "educação de jovens e adultos"

Nº	Tipo de Trabalho	Referência	Título	Instituição	Sinopse
1	Artigo	CAETANO, M.R; BUTZLAFF, M.G.S, 2020.	POR ENTRE AS GRADES: o olhar dos docentes sobre a educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.	Unochapecó	Pesquisa realizada no ano de 2017, que apresentou como objetivo analisar as narrativas de professores sobre a Educação de Jovens e Adultos que ocorre no Complexo Penitenciário de Charqueadas
2	Artigo	DE OLIVEIRA, M.Z. B, 2012.	Os Desafios da Educação no Complexo Penitenciário de Charqueadas.	IFSUL	Artigo que tem como objetivo principal mostrar a importância da Educação dentro do sistema prisional no município de Charqueadas.
3	Dissertação de Mestrado	BESSIL, M. H, 2015.	A prática docente de educação de jovens e adultos no sistema prisional:Um estudo da Psicodinâmica do trabalho	UFRGS	Pesquisa que propõe-se a investigar a temática referente à prática docente de Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional, especificamente relacionada às vivências de prazer e sofrimento na execução do trabalho
4	Trabalho de iniciação científica	BARRETO, T.C.S, 2018.	O Ensino de Ciências como Ação Política no Sistema Prisional	UFRGS	O trabalho busca investigar questões relevantes ao ensino das ciências no contexto de Jovens e Adultos, privados de liberdade.
5	Trabalho de conclusão de curso	BIALOGLOW KA. F, 2011.	Currículos de Ressocialização para Privados de Liberdades	UFRGS	Pesquisa realizada na Penitenciária Estadual do Jacuí, através de entrevista semi-estruturada, que aborda a visão do aluno aluno recluso com relação ao ensino dentro deste estabelecimento prisional.

Fonte: Autoria própria (2021).

Analisando o quadro 4, observa-se a contextura da Memória Social em quase todas as produções, exceto os trabalhos 4 e 5, que buscam considerações acerca do cotidiano e das peculiaridades da educação dentro dos presídios, no intuito de criar subsídios para orientar futuros educadores. Os trabalhos 3 e 6 são os que mais apresentaram pontos em comum com esta proposta de pesquisa. Todavia, cabe destacar que em ambos os trabalhos, as instituições analisadas são do Estado do Rio de Janeiro, implicando numa realidade bastante diversa, tanto com relação ao ensino, quanto aos estabelecimentos penais. Quanto aos trabalhos 1 e 2, trata-se de produções cujo teor da pesquisa se distancia dos demais, vez que enquanto o trabalho 1 se concentra nas questões históricas do EJA para reclusos no Brasil, o trabalho 2 traz considerações sobre a relação entre disciplina e memória social em escolas prisionais

Quadro 4 - Trabalhos localizados a partir do descritor "educação prisional"

"educação de jovens e adultos" "memória social"

Nº	Tipo de Trabalho	Referência	Título	Instituição	Sinopse
1	Dissertação	SANT'ANNA, S. C. M, 2015.	As Práticas Curriculares na Educação Prisional e as influências da Memória Social	UNIRIO	Um debate teórico sobre a história da educação prisional no Brasil e a educação para jovens e adultos privados de liberdade.
2	Artigo	BRAZ, J. M. O; FARIAS, F. R, 2015.	Memória e Poder Disciplinar: Transformação e Produção Subjetiva em Escolas Prisionais	UNIRIO	O presente trabalho tem por objetivo construir uma aproximação entre noções de poder e memória social, levando em consideração a dimensão disciplinar e sua relação com as instituições escolares nas prisões
3	Dissertação	DOS SANTOS, C.M, 2015.	Narrativas e Memórias das Escolas e Prisões do Rio de Janeiro	UNIRIO	Tem por objeto o estudo da educação em prisões no Estado do Rio de Janeiro à luz do campo da Memória Social.
4	Artigo	VIEIRA, E. L. G, 2013.	A Cultura da Escola Prisional: entre o instituído	UFRGS	Uma reflexão sobre o cotidiano e a cultura da escola da prisão.

			e o instituinte		
5	Dissertação de Mestrado	DE OLIVEIRA, M. M., 2018.	Professores Prisionais: O que saber antes de começar a docência na prisão	UNIUBE	Estudo que visa compreender as particularidades da educação que acontece dentro do cárcere e criar um caderno de orientações para os professores que irão atuar na Penitenciária e outros estabelecimentos prisionais.
6	Dissertação de Mestrado	BRAZ, J. M. O., 2016.	Memórias e construções subjetivas nos espaços escolares prisionais do Estado do Rio de Janeiro: apropriação e transformação docente	UNIRIO	perscrutar quais as motivações de docentes que trabalham em escolas localizadas em prisões, no sentido de suplantar as dificuldades disseminadas socialmente acerca de espaços prisionais e constatem que a instituição escolar na prisão é um bom local para se trabalhar.

Fonte: Autoria própria (2021).

De certa forma, pode-se dizer que todos os trabalhos selecionados em ambos os quadros apresentaram alguma transversalidade com a temática desta pesquisa. Entretanto, sobre a análise de experiências e trajetórias dos docentes da PEJ à luz da Memória Social, especificamente, não há nenhum estudo registrado até o momento no buscador examinado.

3.3 Sobre as primeiras aproximações ao campo

A administração e coordenação operacional da PEJ é feita pela Brigada Militar, em regime de força tarefa, através da Portaria nº 11, de 25 de julho de 1995, fato este que corroborou no processo de observação e abordagem das entrevistas, uma vez que, há cerca de um ano e meio, exerço minhas funções nesta casa prisional. Uma das atribuições conferidas a mim é a escolta interna de pessoas, procedimento padrão adotado quando da circulação de funcionários civis e visitantes no interior da penitenciária. Foi dessa maneira que conheci a professora Isabel e passei a acompanhar a rotina da escola, nas dependências da PEJ.

Devido às restrições da pandemia do Coronavírus, as aulas presenciais foram suspensas e o trabalho dos professores passou a acontecer de modo híbrido, isto é, com reuniões pedagógicas virtuais e produção de conteúdo impresso aos alunos. O material produzido é entregue periodicamente, pela diretora da escola, ao setor de segurança da PEJ que, após conferência, distribui aos estudantes nas galerias, sob prazo de quinze dias para a conclusão das atividades. Também fica a cargo da segurança o recolhimento e inspeção do material produzido pelos apenados. Por tal motivo, o contato com esses professores se deu, inicialmente, por meio de contatos telefônicos, e-mail, além da obtenção de informações preliminares com o setor de inteligência da penitenciária. Logo, as primeiras aproximações à rotina da escola aconteceram somente no segundo semestre de 2020, após a retomada de algumas atividades, o que possibilitou conversar pessoalmente com a diretora e efetuar, com ela, a primeira entrevista.

O processo teve início no mês junho, quando passei a observar os locais onde a diretora acessava com frequência; durante os deslocamentos foi possível conhecer as dependências do NEEJA dentro da penitenciária e o trabalho dos professores nesses espaços. Ela passou a explicar e mostrar detalhadamente sua rotina e de seus colegas durante o turno de serviço. Foi nessa ocasião que tive a oportunidade de convidá-la para participar da primeira entrevista, a qual seguiria um roteiro semi-estruturado, contendo perguntas sobre sua trajetória docente e experiências na direção do NEEJA na PEJ. Por razões pessoais, a diretora optou por responder o questionário por escrito. O roteiro, que acabou sendo aplicado com a diretora como um questionário, está disponível no apêndice A. A resposta ao questionário, o qual foi enviado por e-mail, foi reproduzido no apêndice B. Após essa primeira aproximação, outras entrevistas foram realizadas, conforme descrito a seguir.

3.4 Realização das entrevistas

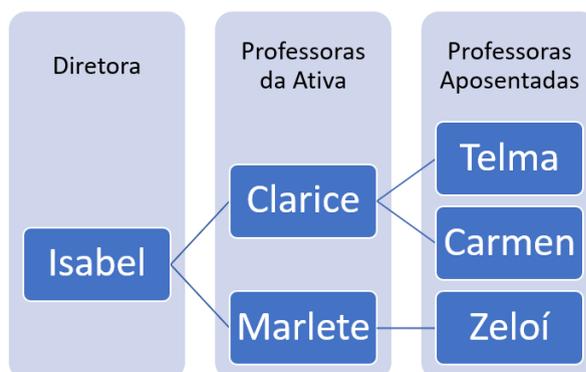
O núcleo de participantes da pesquisa é composto por seis professoras da Rede Estadual de Educação, três aposentadas e três da ativa, que tiveram

passagem pela educação de jovens e adultos na Penitenciária Estadual do Jacuí. Estas profissionais atuaram ou atuam em diferentes níveis de ensino; alguns acumulam funções administrativas, a exemplo da diretora da escola, que também ministra aulas.

No que se refere aos critérios utilizados para a escolha dos entrevistados optou-se, inicialmente, conforme indicado no projeto de qualificação, pela equipe que compõe o quadro docente atual do NEEJA da PEJ, por se tratar de um grupo que estaria em consonância com o contexto da educação prisional e conheceria a história e a realidade da escola. No entanto, em decorrência da suspensão das aulas e restrições pela pandemia da Covid-19, o contato com os professores identificados, mesmo com o auxílio da diretora, foi difícil.

Após várias tentativas, através do aplicativo Whatsapp, dos seis professores titulares, apenas três retornaram o contato, aceitando participar da pesquisa. Na sequência, houve a indicação de mais três professores que atuaram na PEJ em períodos distintos e conhecem as vivências do ambiente escolhido para a pesquisa. Logo, seguindo a perspectiva de Meihy (2005), formou-se um pequeno grupo de entrevistados. Adotando como critério de agrupamento a situação funcional destes, que classificou-se como “professoras da ativa” e “professoras aposentadas”, tendo como “entrevista zero”, a "diretora" da escola, como ilustrado no esquema da figura a seguir.

Figura 1 - Proposição de indicações dos sujeitos entrevistados



Fonte: Autoria própria (2021).

Conforme já indicado, a realização das entrevistas ocorreu em dois momentos distintos. Inicialmente, com a diretora da escola, professora Isabel Ferreira, a entrevista foi feita por escrito, com perguntas abordando três temas distintos: trajetória pessoal, profissional e o trabalho no NEEJA da PEJ. Num segundo momento, a diretora foi novamente entrevistada, com mais cinco educadoras, que tiveram passagem pelo NEEJA da PEJ. Duas são professoras da escola, atualmente, e as outras três já estão na inatividade. Para esta entrevista, foi elaborado um roteiro, a partir dos desdobramentos do primeiro, contendo perguntas norteadoras sobre quatro temas principais: suas trajetórias profissionais e experiências docentes em estabelecimentos prisionais, as práticas de ensino nesses ambientes, percepções sobre fazer docente e pontos de vista sobre os efeitos da educação de jovens e adultos no processo de ressocialização de apenados. O termo ressocialização, no contexto desta pesquisa, foi empregado como sinônimo de reintegração social, embora na visão de Braga (2014) isso não seja possível, pois a ressocialização conjectura uma postura doutrinária do Estado e passiva do indivíduo que sofre a sanção penal, enquanto a reintegração social pressupõe melhorar a relação do preso com a sociedade, através das instituições penais. Entretanto, em virtude de sua menção pelas entrevistadas, o termo ressocialização foi mantido.

O quadro a seguir permitiu traçar o perfil docente das entrevistadas e serviu, também, de subsídio para a análise das entrevistas. Todas as informações constantes no quadro foram fornecidas, tanto pela diretora do NEEJA da PEJ, quanto pelas professoras participantes.

Quadro 5 - Perfil docente dos participantes da pesquisa

Nome	Grau de Instrução	Possui especialização na área da educação prisional	Ano em que começou a trabalhar no NEEJA da PEJ	Situação Funcional	Experiências Prévias
Isabel Ferreira	Especialização	Não	2018	Na ativa/ Diretora	Educação Regular, Anos Iniciais, Anos Finais, Ensino Médio, EJA

Clarice Vivian	Especialização	Não	2006	Na ativa/ Professora de Matemática Anos Finais	Educação Regular Anos Iniciais, Anos Finais, Ensino Médio, Orientação, Supervisão, EJA
Marlete Regina de Souza Barreto	Especialização	Sim	2011	Na ativa/ Professora Anos Iniciais	Educação Regular, Anos Iniciais, EJA
Telma Elita Nunes de Mattos	Ensino Médio	Não	1992	Aposentada	Educação Regular, Anos Iniciais
Carmen Rita Araújo Ferreira Mattos Pereira	Especialização	Não	2006	Aposentada	Educação Regular, Anos Finais, Ensino Médio, EJA
Maria Zeloí Bueno de Oliveira	Especialização	Não	2007	Aposentada	Educação Regular, Anos Iniciais, Supervisão, EJA

Fonte: Autoria própria (2021).

Na medida em que as professoras aceitavam participar desta pesquisa, as entrevistas eram, então, agendadas, de acordo com sua disponibilidade, sob a orientação de que estas ocorreriam de maneira virtual, através da ferramenta Google Meet, e restariam gravadas, para fins de análise posterior. Antes de iniciar cada entrevista, o questionário e o documento de autorização (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) eram enviados para as professoras, por e-mail, sendo que este último, ainda não fora encaminhado a esta pesquisadora. Cabe destacar que, durante as tratativas para o agendamento da entrevista com a professora Zeloí, última docente a ser contatada, fui infectada pelo vírus da Covid-19 e, no mesmo período, meu avô, que também estava infectado, veio a falecer, sendo necessário o meu afastamento total das atividades. Mesmo assim, a professora, que desde o primeiro contato demonstrou interesse em colaborar com a pesquisa

enviou, de forma voluntária e espontânea, o seu relato escrito, o qual também foi analisado.

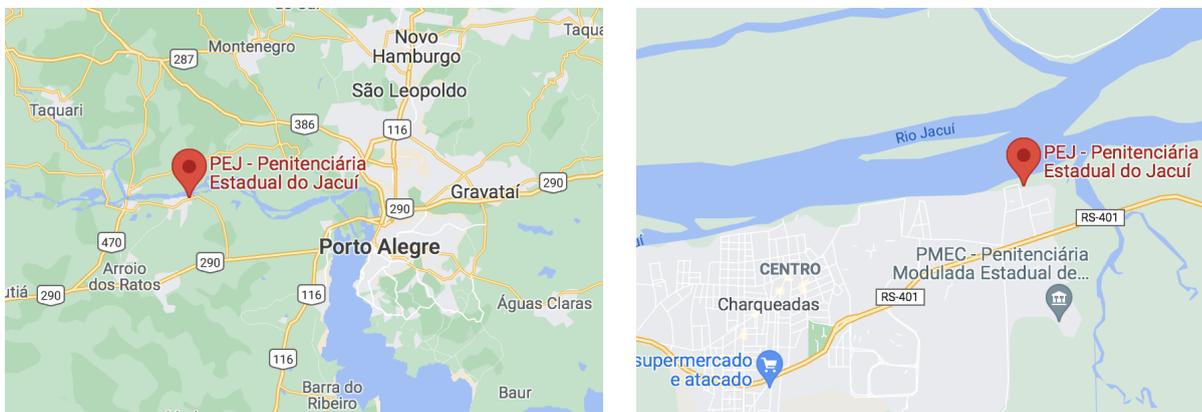
Após a realização de todas as entrevistas, o material produzido foi degravado, através do programa de transcrição de áudio “RESHAPE”. Nesse processo de entrevista, textualização, transcrição e posterior análise da transcrição e transcrição, mais informações foram coletadas e analisados outros documentos que norteiam a atuação destes profissionais, como matrizes curriculares, normas internas da penitenciária, plano pedagógico de ensino, entre outros. Durante esse período, o contato com as entrevistadas foi mantido, para confirmação de dados e esclarecimentos de dúvidas.

A análise dos dados das entrevistas foi feita a partir da Análise de Conteúdo Temática, de acordo com Minayo (2007) e com base nos pressupostos de Laurence Bardin. Para tanto, foi construído um plano de análise seguindo as três fases do método estruturado pelos autores já citados: leitura compreensiva do material (busca a visão geral e as particularidades do conjunto do material a ser analisado e identificação de pressupostos iniciais, bem como definir categorias que indicam os pontos de maior relevância), a exploração do material (análise propriamente dita e a distribuição dos trechos, frases ou fragmentos de cada entrevista em categorias) e a análise ou interpretação dos dados (redação final articulando os sentidos dos textos com os objetivos e os conceitos teóricos que orientaram a análise). Ao final das análises, o conteúdo individual foi encaminhado a cada uma delas, para fins de aprovação, possibilitando, ainda, adicionar ou excluir informações, retificar possíveis equívocos ou fazer sugestões.

4 UMA ESCOLA DENTRO DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DO JACUÍ

Situada na cidade da Região Carbonífera do Estado do Rio Grande do Sul, a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) faz parte do Complexo Penitenciário de Charqueadas, às margens do Rio Jacuí (figura 2). A imagem da fachada (figura 3), realizada pela equipe da Agência Local Especial de Inteligência da PEJ, passa a integrar o acervo da instituição e obtiveram autorização do diretor da penitenciária para divulgação neste trabalho.

Figura 2 - Localização da PEJ



Fonte: Google Maps (2021).

Figura 3 - Fachada do prédio Administrativo da PEJ



Fonte: Agência Local de Inteligência PEJ (2021).

4.1 Chegando no prédio do NEEJA

Para os educadores que escolheram atuar por entre grades, trata-se de uma realidade diversa. Todos os dias, no portão principal de acesso à penitenciária, acontece o mesmo ritual: o professor é identificado, registra sua entrada no sistema, tem seus pertences fiscalizados e, finalmente, após passar pelo detector de metais, tem sua entrada autorizada na penitenciária. No caminho até as salas de aula do regime fechado, o contraste entre a bela vista da orla do Rio Jacuí e os portões de ferro maciço que dão acesso ao interior do presídio. Do outro lado da porta, o cenário é diferente: grades cheias de cadeados, que são abertas e fechadas diuturnamente por agentes; para entrar e sair é preciso cautela, atenção e paciência: se um acesso estiver aberto, o outro obrigatoriamente deverá estar fechado, como uma espécie de engrenagem operada por pessoas. Na parte interna do presídio, o mesmo corredor que dá acesso às salas de aula é compartilhado por visitas de apenados, agentes de segurança, funcionários da área da saúde, além dos próprios detentos que precisam ser movimentados diariamente, para transferências, troca de galeria, audiências, atendimento médico, odontológico, manutenção, entre outros. Tudo deve funcionar em perfeita sintonia, caso isso não ocorra, o acesso é interrompido imediatamente, isto é, “a cadeia congela”, na gíria dos agentes.

Ao chegar na sala de aula, mais um ritual. Enquanto o professor se prepara para dar início às atividades, uma equipe de segurança se encarrega da condução dos alunos do regime fechado até o local. E não se trata de uma tarefa rápida e simples: cada apenado está lotado em uma galeria diferente, muitas delas lideradas por facções. É um procedimento que requer muita técnica e cuidado; os apenados chegam algemados, são revistados e, aos poucos, liberados para tomarem seus lugares nas carteiras. Toda movimentação é feita através de comandos, ou seja, o preso faz exatamente aquilo que lhe é ordenado, caso contrário, corre o risco de retornar para a galeria e não participar da aula, bem como receber um boletim de ocorrência, em casos de transgressão de disciplina previstos na Lei de Execução Penal, que podem implicar desde uma simples advertência até sanções mais

graves. E somente após todo esse processo, a equipe de segurança autoriza o início das atividades.

Dentro das salas de aula, situadas em frente ao último pavilhão da penitenciária, há todo um aparato de segurança: professor e aluno são separados por grades, o porte ou uso de materiais eletrônicos só são permitidos mediante autorização da segurança e todo e qualquer recurso de mídia que possibilite o contato do preso com o meio externo é proibido. Por esta razão, a educação prisional requer, além de tudo, muita criatividade.

Para as aulas no regime semiaberto, a realidade é um pouco diferente. A mesma vista privilegiada para o rio se estende até o final do caminho, onde fica o prédio e as novas instalações do NEEJA, que em virtude da pandemia da Covid-19, ainda não foi inaugurado. No local, há um único portão de entrada, que só é trancado à noite, quando todos os apenados são recolhidos e as atividades do dia se encerram. As janelas não dão acesso a pátios rodeados por muros; a vista é para um vasto campo, onde os presos plantam, tomam sol, estendem suas roupas e circulam livremente durante o período diurno. Apesar da presença de agentes que cuidam da segurança e controlam as movimentações, os alunos deslocam-se sozinhos até a única sala de aula do prédio, que divide espaço com a biblioteca. Por se tratar de um regime de cumprimento de pena mais flexível, a relação entre aluno e professor é um pouco mais próxima do convencional, sendo necessário apenas cumprir os horários de início e término das aulas, resultando em menos restrições e mais cooperação. Contudo, todos os apenados estão sujeitos às mesmas regras, sendo que o descumprimento destas pode implicar no desligamento das aulas e regressão para o regime fechado.

4.2 De “Um NEEJA na PEJ” para “ O NEEJA da PEJ”

De acordo com o Decreto Estadual nº 41.649, de 28 de maio de 2002, face ao Parecer nº 422, de 11 de dezembro de 2002, foi instituída a educação de jovens e adultos nas dependências da Penitenciária Estadual do Jacuí, no município de Charqueadas - RS, através do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos

Julieta Villamil Balestro, pertencente à 12ª Coordenadoria Regional de Educação. De acordo com o acervo da escola, Julieta Balestro foi uma das pioneiras em educação prisional no Estado. Natural de Bagé, município localizado no sudoeste gaúcho, licenciou-se em Letras na década de 60 e mais tarde, no ano de 1988, tornou-se bacharel em Direito pela Universidade do Rio dos Sinos. Dirigiu a Comissão de Mulheres, Crianças e Adolescentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS) e sua última função foi como coordenadora educacional e cultural da SUSEPE, vindo a falecer em 12 de agosto de 2001. Porém, a referida escola, até agosto de 2018, mantinha sua sede administrativa na Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas (PMEC), onde os professores eram responsáveis por atender as seis penitenciárias pertencentes ao complexo prisional do município: Colônia Penal Agrícola (CPA), Instituto Penal de Charqueadas (IPCH), Penitenciária de Alta de Segurança de Charqueadas (PASC), Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) e Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas (PMEC).

Por esse motivo, em 03 de setembro de 2018, através da Portaria nº 139/2020, publicada no Diário Oficial do Estado, em 20 de agosto de 2020, a PEJ passou a ter seu próprio NEEJA, o qual recebeu o nome Sueli Rodrigues da Silva, em memória desta educadora. O anexo 1 apresenta um documento obtido pela diretora do Núcleo, que traz dados sobre a origem do nome da escola. Sueli Rodrigues da Silva atuou na educação prisional como professora desde a década de 1990 até 2016, quando precisou se aposentar por problemas de saúde, vindo a falecer em outubro do mesmo ano. Por esta razão, a escola recebeu o seu nome, em homenagem aos seus relevantes serviços prestados.

A estrutura física da escola é composta por quatro salas de aula com capacidade máxima para 20 alunos cada: três no prédio principal, para alunos do regime fechado e uma nas instalações do regime semiaberto, que divide espaço junto à biblioteca dos apenados. O corpo docente da escola é formado por seis educadores e uma secretária, nomeados pelo Estado, com carga horária de 20 horas cada um; atualmente a diretora da escola acumula a função de professora.

Por questões de segurança, professores e demais funcionários civis

permanecem nas dependências da penitenciária apenas durante o período das aulas, sempre escoltados por um agente responsável. Mesmo com a previsão legal de aulas nos turnos manhã, tarde e noite, a direção da PEJ é quem determina tanto os horários em que as aulas ocorrerão como o número de vagas que serão ofertadas aos detentos, levando em conta não só a estrutura física da casa prisional e as modalidades de ensino disponíveis, mas também o contexto atual dentro das galerias, pois qualquer situação fora da normalidade pode implicar na suspensão imediata das atividades. Atualmente, o NEEJA na PEJ possui 110 alunos matriculados, de turmas multisseriadas que contemplam anos iniciais, anos finais e ensino médio. Em razão da epidemia do Coronavírus, as aulas presenciais foram suspensas, todavia, as atividades estão sendo realizadas de maneira adaptada: os educadores encaminham o conteúdo à equipe de segurança que, por sua vez, após as devidas inspeções, repassam aos apenados para que estes possam dar continuidade aos seus estudos, dentro de suas celas. Segundo a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), os professores seguem cumprindo os protocolos exigidos durante o período de pandemia, de acordo com os decretos estadual e municipal vigentes.

5 ANÁLISE DOS DADOS E CONSTRUÇÃO DO PRODUTO FINAL

A análise dos dados das entrevistas é apresentada neste capítulo. Estruturamos a apresentação em quatro momentos: a trajetória das docentes a partir da transcrição de suas entrevistas, algumas reflexões sobre estas trajetórias, uma reflexão sobre estes dados do ponto de vista de memória institucional e algumas reflexões adicionais sobre o histórico do ensino no contexto da PEJ. Essa análise, juntamente com a análise documental, deu origem ao produto final, o qual é apresentado ao final deste capítulo.

5.1 Conhecendo trajetórias docentes

A primeira entrevista foi feita com a professora Isabel Ferreira, atual diretora do NEEJA da PEJ e principal elo de ligação entre a escola e a penitenciária, tendo começado a trabalhar na PEJ no ano de 2018 como professora. A segunda professora entrevistada foi a Clarice, que também foi diretora do NEEJA, quando este ainda contemplava as demais casas do complexo prisional de Charqueadas, relatando não só a sua trajetória na educação prisional, mas também todo o processo de criação do NEEJA da PEJ, do qual diz ter participado ativamente. Na sequência, Marlete foi entrevistada, a segunda professora que aceitou ser entrevistada. Em seus relatos, Clarice e Marlete indicaram mais três professoras para tomarem parte da pesquisa, Telma, Carmen e Zeloí, respectivamente, que apesar de já estarem aposentadas, tiveram importante passagem pela educação prisional da PEJ, em momentos distintos.

5.1.1 Isabel Sicília Ferreira

Nascida em Charqueadas, com seis irmãos e pais não alfabetizados, o sonho de ser professora veio quando criança, pela influência de alguns educadores em compartilhar seus conhecimentos; sentia-se como uma verdadeira mestra em casa, pois, gostava muito de ensinar os familiares. Foi convidada para realizar um trabalho

voluntário como catequista e relata que se arrepia toda vez que entra em uma sala de aula, pois ama o que faz e seu trabalho coincidiu com a sua missão.

A professora Isabel diz que o sentimento é de que foi professora desde sempre, mas no início da carreira, achava a profissão pouco valorizada, vindo a cursar técnico em contabilidade. Foi só depois da chegada dos filhos que iniciou o magistério, passando a trabalhar em regime de contrato nas escolas municipais de Charqueadas e, desde 2014, é professora concursada do Estado. Foi durante a graduação no curso de Letras que teve seu primeiro ensaio com o ensino de jovens e adultos, durante o estágio supervisionado, relatando que gostou da experiência, ao perceber que era possível associar coisas do cotidiano ao ensino.

Considera-se muito apaixonada pela docência, buscando sempre algo a mais, mesmo considerando, ainda, a profissão pouco valorizada pela sociedade. Acredita que o trabalho do professor não é compreendido, muitas vezes, por falta de conhecimento, pois conta que antes de ser professora incomodava-se com a intensa demanda de trabalho que os educadores exigiam dos seus filhos ou até mesmo coisas pequenas que, aos olhos leigos, parecem irrelevantes, quando na verdade, são de extrema importância no processo de aprendizagem, a exemplo do uso da massinha de modelar nos anos iniciais, que auxilia na coordenação motora das crianças para a escrita. Na educação de jovens e adultos, o processo é ainda mais delicado, à medida que o adulto aprende a partir do conhecimento prévio que possui, da leitura de mundo, pois já foi negligenciado na infância e quando privado de sua liberdade passa a dar mais atenção aos detalhes; a educação deste aluno deve buscar os seus interesses e o que faz parte do seu cotidiano, a fim de tornar a aula mais atrativa, valorizando o seu aprendizado e a sua autoestima.

Começou a trabalhar no NEEJA da PEJ em 2018, quando mudou-se para Charqueadas, como professora de anos iniciais. Teve um começo difícil, pois como nunca havia imaginado dar aula em um presídio, transitar pelos corredores pouco iluminados, cheios de grades, o uso constante de algemas nos presos e o confinamento foi algo impactante, completamente diverso da realidade de uma escola de ensino regular, porém, adaptou-se logo. Convidada pela diretora do NEEJA Julieta Villamil Balestro, trabalhou como supervisora e atualmente é a

diretora do NEEJA Sueli Rodrigues da Silva, na Penitenciária Estadual do Jacuí. A professora Isabel Ferreira formou-se em magistério, fez graduação em Letras, especializou-se em Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Gestão Educacional, Compreensão de Textos e Tradução da Língua Espanhola e, atualmente, está cursando a sua quinta especialização, em Educação Prisional, pois o professor que atua nesses espaços assume uma conduta diferenciada, desde a forma de se vestir, de se comunicar, até a metodologia aplicada em sala de aula.

Sempre que possível, solicita ao núcleo de educação da SUSEPE reuniões, palestras e encontros, a fim de qualificar ainda mais o corpo docente da escola. Diferente daquilo que só assistia em filmes e séries, o ensino prisional é um espaço de resgate da cidadania, uma oportunidade de mostrar ao apenado que ele pode ser alguém melhor, através da educação. Enfatiza a importância de estar atenta aos detalhes que contribuem para a segurança, não só da casa prisional, mas também dos próprios professores, desde a escolha de um calçado adequado para facilitar a locomoção em situações de emergência, uso de uniforme para melhor identificação do docente em meio aos apenados e crachá de identificação, manter os cabelos presos para evitar o “bote” nos corredores ou outros incidentes mais graves, comuns nesses ambientes, além de orientar os professores a circularem, sempre que possível, acompanhados de um agente.

Interessada em aprender sobre a rotina da penitenciária, procura sempre observar o comportamento dos demais profissionais que ali trabalham e agir de forma semelhante, como usar bolsa transparente para facilitar a fiscalização dos materiais, como fazem as policiais femininas. Menciona que o fazer docente no espaço prisional é um universo peculiar, onde uma simples plantinha que se leva para enfeitar a sala necessita de uma rigorosa inspeção de segurança, assim como tudo que se utiliza na escola, pois, na balança do cárcere, a segurança pesa mais que a confiança.

Para ela, trabalhar com adultos privados de liberdade é uma porfia, onde muitos têm vergonha de estudar por não saber ler ou escrever, desistem dos estudos por problemas com drogas, depressão ou, simplesmente, consideram o horário de sol mais interessante. Comenta sobre a alegria de ter realizado a

formatura de dezessete alunos, em março do presente ano, em meio à pandemia da Covid-19, porque mesmo com as aulas presenciais suspensas, mantiveram as atividades através de materiais impressos entregues e recolhidas quinzenalmente aos alunos nas galerias. Junto ao material, confeccionava bilhetes com mensagens de estímulo para que não esquecessem que o estudo não é apenas sinônimo de remissão, é uma conquista.

Como pontos negativos, destaca a falta de informação referente às questões administrativas, porém, entende a necessidade das restrições de segurança que ocorrem, por vezes, sem prévio aviso - a exemplo das revistas estruturais no interior das celas - e o cuidado extra que precisa ter com seu material em cima da mesa, visto que há a possibilidade de subtração de objetos como cadernos, lápis, livros e a atitude contumaz de alguns apenados os quais, segundo ela, são extremamente convincentes na negativa da infração, gerando dúvidas de sua própria razão. A relação professor e aluno deve ser estritamente profissional, evitando assuntos particulares, em virtude da tentativa de alguns em obter informações; também não é adequado ter acesso à vida pregressa dos alunos, a fim de evitar julgamentos, barreiras ou qualquer tipo de constrangimento para ambos.

Outro ponto a ser destacado é a intensa a rotatividade de alunos que ocorre por motivos variados: transferência para outros estabelecimentos, permuta, progressão ou regressão de regime, cumprimento de sanções disciplinares, mudança de galeria, internações, óbitos, entre outras situações que alteram tanto a rotina das aulas, quanto o número de estudantes durante o ano. Por essa razão, não há como manter um planejamento, seja do conteúdo, seja do calendário letivo. Sua maior motivação é o retorno que recebe de alguns alunos, através de relatos em sala de aula ou depoimentos escritos, como forma de reconhecimento pelo seu trabalho e dedicação.

5.1.1 Clarice Vivian

Em seu relato, a professora indicou que tornou-se professora por necessidade de emprego, pois além de não achar a profissão atraente, seu sonho

era ser engenheira civil. Apesar de ser professora desde o ano de 1993, diz ter se identificado com a profissão somente após começar a lecionar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e não ter se adaptado ao ensino com crianças e adolescentes.

Sua primeira experiência docente foi com escolas rurais multisseriadas, situadas no interior de Rodeio Bonito/RS. Ela tem formação acadêmica em Matemática e, atualmente, é professora concursada do Estado, habilitada também para educação infantil. Antes de começar a lecionar na PEJ, era coordenadora de ensino, porém, sem formação específica na área da Educação de Jovens e Adultos, apesar de ter iniciado uma especialização na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que não concluiu pois, naquela época, era a diretora responsável por todas as cadeias do complexo prisional de Charqueadas.

Menciona o impacto que sofreu durante a primeira experiência com educação prisional, devido à presença das grades que separam aluno e professor. Todavia, aos poucos, foi se habituando e ressalta que as mesmas parecem deixar de existir com o tempo. O fato de ser coordenadora de ensino e já estar realizando visitas aos estabelecimentos prisionais antes de se tornar professora do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) acabou contribuindo para sua adaptação e, para ela, este ambiente não era mais tão assustador como antes.

Sua primeira experiência na educação de jovens e adultos foi como coordenadora, em meados de 2003, no início da implantação dessa modalidade de ensino, no Rio Grande do Sul. Por possuir experiência na área, passou a trabalhar na 12ª Coordenadoria Regional de Educação e a fazer parte da equipe de implantação do NEEJA nas escolas da região, até o ano de 2006. Foi nesta ocasião que conheceu a PEJ, numa visita programada a este estabelecimento prisional, sendo recebida por uma professora, que lhe presenteou com uma música cantada em espanhol pelos alunos de uma turma do regime fechado, causando-lhe encantamento, capaz de fazê-la pedir transferência para a penitenciária, naquele mesmo ano. Iniciou sua carreira docente, como já mencionado, no município de Rodeio Bonito, passando posteriormente por Pinhal, Eldorado do Sul, Guaíba e,

atualmente, trabalha em Charqueadas, atendendo todas as cadeias do complexo prisional.

Professora Clarice ressalta que, nos primeiros anos da implantação da educação de jovens e adultos, havia muitas oportunidades de formação continuada na área, entretanto, para educação prisional, não. Acredita que a principal proposta da educação de jovens e adultos consiste na retomada na vida das pessoas, do resgate ao ensino e de uma ação mais integradora, diferente da experiência que teve com o ensino regular. Conta que atuou como diretora do NEEJA, quando este abrangia todo o complexo penitenciário de Charqueadas, composto por mais cinco estabelecimentos: Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC), Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas (PMEC), Instituto Penal de Charqueadas (IPCH) e Colônia Penal Agrícola (CPA).

Sua primeira experiência com ensino prisional foi na PASC, cuja sistemática se difere dos demais estabelecimentos prisionais, com capacidade máxima para dez alunos por turma e todos estes escolhidos após um rígido critério de seleção, devido ao alto grau de periculosidade dos apenados. Durante o período que esteve como coordenadora do EJA, participou do projeto intitulado “Educando para Liberdade” que, segundo a UNESCO (2006):

O projeto Educando para a Liberdade, fruto de parceria entre os ministérios da Educação e da Justiça e da Representação da UNESCO no Brasil, com apoio do governo do Japão, ousa transpor os muros das prisões brasileiras desde uma perspectiva de afirmação dos direitos fundamentais de todos os cidadãos e de inclusão das pessoas privadas de liberdade na realização cotidiana daquele ideal de democracia. Nesse sentido, o Educando para a Liberdade constitui-se como referência fundamental na construção de uma política pública integrada e cooperativa, marco para um novo paradigma de ação, tanto no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, quanto no âmbito da Administração Penitenciária. (UNESCO, 2006, p.7)

Durante a vigência do projeto, eram feitas reuniões mensais que deram início a criação do Plano Estadual de Educação às Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional, que contou com a integração de outros estados e países, na época, proporcionando muita troca de experiência entre os professores. Isso fez

com que todo o trabalho que estava por vir e os desafios deixassem de ser assustadores, vez já possuía prática como o ensino prisional e gosto pela atividade. Na sua fala, foi possível notar que, durante o período em que esteve à frente da direção da Educação de Jovens e Adultos, participou de discussões importantes sobre o ensino a ser ofertado aos presos. Por exemplo, se este deveria ser público ou privado, mediante convênio, e de que forma seria aplicado nos estabelecimentos penais, demonstrando muito empenho, interesse e engajamento com a causa. Quanto à sua relação com os alunos, menciona que nunca teve medo do contato, nem problemas, pois as regras sempre foram claras em relação à disciplina e os procedimentos a serem adotados durante as aulas.

Referente ao ensino na PEJ, descreve que quando começou a lecionar nesta penitenciária, o currículo ofertado era apenas até a quarta série do fundamental, trabalhando como professora nos três primeiros anos. Logo após, assumiu a direção da escola, razão que a motivou iniciar um movimento com os demais professores para implantação das séries finais, logrando êxito em 2010. Em 2013, contribuiu para a implementação do ensino noturno, com o objetivo de contemplar presos trabalhadores, os quais não conseguiam estudar durante o dia.

Foi diretora do NEEJA Julieta Villamil Balestro e, durante sua gestão, conquistou inúmeras melhorias para a escola, como aumento de verbas e início do processo de criação de um núcleo de educação exclusivo para esta casa prisional. Em contrapartida, declara frustração ao perceber que, nos últimos anos, a qualidade do ensino diminuiu consideravelmente, piorando em razão da pandemia da Covid-19. Hoje, declara-se desestimulada e sem perspectiva de melhora para a educação prisional como um todo.

Foi possível perceber que a professora, ao longo da entrevista, demonstrou estar à vontade para expor sua opinião sobre as mudanças que o ensino prisional vem sofrendo nos últimos anos. Segundo ela, um dos critérios previstos no Plano Estadual de Educação às Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional, o qual estabelece que a educação prisional deve ser “preferencialmente” presencial, fez com que o ensino presencial deixasse de ser prioridade, limitando a interação com os alunos e aumentando o desinteresse pelas aulas, devido às limitações das casas

prisoinais para implantação de recursos de mídia, necessários para o ensino à distância.

O NEEJA da PEJ ainda mantém aulas presenciais, mas em outras penitenciárias do complexo prisional de Charqueadas, como a PASC e a P MEC, o ensino passou a ser virtual na sua totalidade. Para ela, a educação prisional se difere da regular, ao passo que o contato com os apenados, ainda que entre grades, faz toda a diferença na aprendizagem, pois trata-se de indivíduos privados de sua liberdade, sem qualquer apoio ou recurso, além do professor, para aprender. Nesse contexto, a presença do educador vai além da figura da autoridade em sala de aula, ela representa estímulo, apoio e confiança para os alunos.

Diferente das outras penitenciárias, a professora relata que o seu trabalho na PEJ é mais efetivo, devido a organização e comprometimento desta casa prisional com o ensino, desde a movimentação cautelosa dos apenados ao cumprimento dos horários de aula. Diz, também, que já enfrentou problemas que a impediram inúmeras vezes de ministrar aulas, como falta de agentes para movimentar os presos, suspensão das atividades por determinação da segurança, entre outros. Destaca como pontos negativos, a preferência que algumas casas prisionais possuem por presos não faccionados ou religiosos, algo que, para ela, vai contra as diretrizes de ensino, a qual preconiza que o ensino prisional deve ser ofertado a todos os apenados, sem distinção. Que o ensino dentro das casas prisionais não é considerado um serviço essencial, onde o professor, por vezes, sente-se um estorvo para o sistema.

Quando questionada sobre formação continuada, a professora informa que o governo do Estado chegou a disponibilizar, certa vez, uma verba específica para tal, porém, na época, nenhuma instituição de Porto Alegre e região metropolitana possuía cursos na área. Faz uma crítica aos professores dos NEEJA, os quais, segundo ela "não conseguem sair da bolha", isto é, sempre que se reúnem para discutir a temática, não atingem o objetivo de pensar e construir extramuros, no intuito de buscar soluções para as inúmeras mazelas que circundam a educação prisional.

Finaliza sua entrevista citando Paulo Freire, com a frase “a educação por si só não resolve o mundo, mas sem ela o mundo não será resolvido” e rememora três acontecimentos que marcaram sua vida, enquanto professora do EJA prisional. No primeiro, foi abordada na frente do mercado público de Porto Alegre por um homem, o qual gritava alto a palavra “professora”, na tentativa de chamar-lhe a atenção; diz que ao perceber que tratava-se de um ex-aluno, ficou surpresa ao vê-lo em liberdade, apresentando-lhe orgulhoso a esposa, filho, e contando entusiasmado que havia arrumado emprego. No segundo, estava em um posto de gasolina, quando o frentista comenta que lembrava daquele perfume; ao questioná-lo da atitude, percebeu tratar-se de outro ex-aluno, o qual explica a ela o quão significativo é para um detento o perfume de uma professora dentro de uma cadeia. Conversaram por mais alguns minutos até que ela lhe questiona o que faria da vida dali pra frente e, por se tratar de um preso faccionado, o mesmo responde que voltaria ao mundo do crime, pois estava endividado e caso não pagasse suas dívidas, acabaria morto. E no terceiro, conta que um aluno do regime fechado lhe explica o quão único é o barulho do salto do seu sapato ecoando nos corredores da penitenciária. A professora conclui que a educação é uma grande ferramenta do sistema e que o ensino prisional contribui efetivamente no processo de ressocialização de indivíduos privados de liberdade.

5.1.3 Marlete Regina de Souza Barreto

Formou-se no magistério pelo Instituto Vocacional Irmãos Marista de Viamão, em 1987. Era integrante de um grupo seleta de estudantes da congregação religiosa da escola, ressaltando que a instituição era reconhecida por formar excelentes educadores e, por tal razão, sua maior vaidade é o intelecto. Devido às regras da congregação, só foi possível realizar o estágio quatro anos depois, passando a lecionar em escolas das redes pública e privada de Porto Alegre e região.

Em 2002, após mudar-se para Charqueadas, prestou concurso para o magistério estadual; por não haver vagas naquela cidade, foi nomeada para São Jerônimo, município vizinho, onde cumpriu o estágio probatório de três anos e

permaneceu por mais quatro, no estabelecimento de ensino Doutor José Athanásio, sua escola de coração. Toda sua formação é voltada para os anos iniciais, desde a graduação, admitindo ser esta sua grande paixão. Graduou-se em Pedagogia pela PUC e, em 2014, obteve uma especialização em educação de jovens e adultos em espaços de privação de liberdade, oferecida pelo governo do Estado, em parceria com a Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O curso foi uma edição única, disponível a todos os docentes das unidades prisionais do estado, entretanto, apenas alguns obtiveram o título, o que considera uma pena, por entender a importância da formação continuada para quem atua nesses locais. Por essa razão, a oportunidade foi estendida a todos os profissionais da área, totalizando 104 alunos, entre professores, agentes penitenciários e demais membros da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). Lamenta que nenhum integrante da Força Tarefa da Brigada Militar tenha conseguido realizar o curso, devido à inflexibilidade de horários. Ressalta, inclusive, que um dos sonhos da equipe docente da PEJ era poder proporcionar essa formação aos militares que auxiliavam a escola. Sustenta que a especialização foi um grande salto para a educação prisional no Estado, ao passo que os professores formados, passaram a disseminar o conhecimento, por meio de palestras, rodas de conversa, seminários e demais eventos, conquistando maior visibilidade pois, até então, a educação prisional estava à sombra do serviço social.

Professora Marlete começou a trabalhar na PEJ em 2010, permanecendo até os dias atuais, como professora dos anos iniciais. Explica que, desde 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19, as aulas foram suspensas e a escola passou a funcionar de forma híbrida, com reuniões pedagógicas virtuais e produção de conteúdo impresso entregue, periodicamente, aos estudantes, nas galerias. Após prazo de quinze dias para a conclusão das atividades, o material é recolhido pela equipe de segurança da penitenciária e encaminhado à direção do NEEJA, para providências. A interação entre aluno e professor também ficou prejudicada, durante esse período, pois limitou-se ao envio de recados, escritos de próprio punho, tanto pelos professores, quanto pelos apenados. Em contrapartida, afirma que o empenho

dos profissionais tem sido cada vez maior para garantir um ensino de qualidade, mesmo num momento desfavorável.

Admite falha, por parte da Secretaria Estadual de Educação, em não proporcionar formação continuada voltada para a educação prisional, sendo esta uma demanda antiga dos profissionais da área. Por outro lado, sente-se realizada pelas conquistas que obteve ao longo do processo, como a escolha do nome da escola, em homenagem à colega recentemente falecida, professora Sueli Rodrigues da Silva, com quem teve o privilégio de trabalhar, aprender e compartilhar muitos momentos. Nos anos em que esteve na coordenação do NEEJA, desenvolveu ações integradas de serviço social aos apenados matriculados pois, na sua opinião, a educação prisional é muito mais do que ensinar conteúdos, é ressignificar vidas. Foi incentivada inúmeras vezes por uma amiga, que é psicóloga, a escrever um livro, com relatos de sua trajetória docente, em espaços de privação de liberdade.

Na sua opinião, quando o aluno assume o compromisso em sala de aula, a figura do criminoso fica em segundo plano, onde passa a ser explorado apenas o lado positivo daquele indivíduo, traçando o rumo da sua ressocialização. A exemplo do exposto, ela cita: “eu não preciso ensinar matemática básica para o aluno que sabe como calcular o tempo exato para a detonação de uma dinamite e estourar um caixa eletrônico, preciso ensiná-lo a direcionar esse conhecimento para algo que lhe traga futuro. Destaca a intensa colaboração da Brigada Militar no trabalho dos professores do NEEJA da PEJ, que não mede esforços para tornar possível a educação nesses espaços. Relembra a fala marcante de um apenado, o qual certa vez lhe disse que, se quando criança tivesse uma professora como ela, hoje não estaria na PEJ, pois sentia como se as pessoas quisessem se livrar dele. Noutra ocasião, recebeu mensagem em uma de suas redes sociais de um ex aluno querendo lhe contar, entusiasmado, que estava em liberdade provisória e trabalhando em um supermercado.

São situações que lhe causam sentimentos contraditórios, pois o orgulho divide espaço com a frustração de não poder verbalizar sua gratidão, por motivos éticos e de segurança. Em contrapartida, relembra já recebeu mensagem de um falso perfil feminino, apresentando-se como tia de um ex aluno, informando que o

mesmo estaria em liberdade e precisava do seu número de telefone, para que pudesse contar a novidade; desconfiada, procurou inteirar-se melhor sobre o fato, concluindo que tal apenado ainda encontrava-se cumprindo sua pena, mesmo sob progressão de regime. Logo, reforça que é necessário estar sempre atento, pois até mesmo as manifestações de carinho podem esconder atitudes mal intencionadas, concluindo que a educação em ambientes prisionais é um laboratório, onde o professor deve estar preparado para lidar com as experiências, sejam elas bem ou mal sucedidas.

5.1.4 Telma Elita Nunes de Mattos

Uma simpática e falante professora aposentada, natural de Arroio dos Ratos - RS, e moradora de Charqueadas. Conta que, quando começou a trabalhar com jovens e adultos, teve a certeza de que estava fazendo algo que gostava muito. Tornou-se professora por não lhe restarem opções naquele tempo, pois o machismo era bastante evidente e a maioria das mulheres da cidade era educada para ser dona de casa. Seu sonho era ser cantora, mas nunca revelou aos pais, por não haver espaço para este tipo de conversa e mesmo optando pela carreira docente, sofreu resistência da família. Abriu mão da formação acadêmica para dar prioridade aos estudos da filha, lamentando não ter iniciado a faculdade em outro momento, mesmo assim trabalhou por muitos anos como professora de artes, na escola Cruz de Malta, no município de Charqueadas.

Professora Telma foi colega de profissão e amiga da professora Sueli Rodrigues da Silva, foi por influência dela que começou a trabalhar na educação prisional, sendo a PEJ a primeira penitenciária onde lecionou. Relata que, no seu primeiro dia de aula, foi recebida pelo diretor da casa prisional, o qual lhe encaminhou para a sala dos professores, descrevendo o local como um espaço muito pequeno, situado debaixo da escada de acesso ao segundo andar do prédio administrativo, dificultoso para entrar, permanecer e sair porque, na ocasião, pesava 104 quilos. Chama a atenção para a seguinte fala: “se um dia voltasse a trabalhar nos presídios, seria somente na PEJ e sob a administração da Brigada Militar”; isso

porque, segundo ela, por ser filha de delegado e educada com muita rigidez e disciplina, não se adaptou à gestão de outras instituições.

Ingressou na PEJ pela primeira vez quando adolescente, na companhia do pai, salientando que a estrutura do prédio continua a mesma, entretanto, com algumas mudanças internas, a exemplo da sala de aula do regime fechado que, àquela época, situava-se próximo à segunda galeria do pavilhão “A”. Sobre sua formação, é professora concursada do Estado desde 1980, não possui graduação nem outro curso específico na área da educação prisional, participava apenas de reuniões pedagógicas regulares com a direção da escola, pois, no seu tempo, eram os professores quem estabeleciam os critérios de seleção dos alunos, apesar de ter descoberto esta informação através de um apenado que estava faxinando o corredor. O mesmo, depois de lhe confundir com uma médica, questionou-a sobre a possibilidade de estudar, explicando-lhe, então, de que forma os apenados eram escolhidos.

Comenta que sua expectativa era de conhecer, primeiramente, os espaços de ensino, a metodologia e toda a sistemática tanto da escola quanto do presídio, antes de começar a trabalhar, mas isso não ocorreu; seu primeiro dia como professora na PEJ foi na sala de aula com trinta alunos do regime fechado. Trabalhou em várias escolas regulares e em todo complexo penitenciário de Charqueadas, como professora de História e Artes, também teve uma experiência em escola rural no município de Caxias, nos anos em que morou lá.

Decidiu trabalhar no NEEJA da PEJ, primeiramente, para ter um salário melhor e pagar a faculdade da filha, mas teve certeza de que lá era o seu lugar e, com apenas dezesseis dias de trabalho, já contava 302 alunos inscritos. Costumava ir até as galerias para conversar pessoalmente com os alunos que evadiram das aulas, com diálogos francos e abertos, no intuito de convencê-los a retomar às atividades, entretanto, tal atitude só era possível na PEJ, pela presença de escolta da Brigada Militar. Prestativa, buscava ouvir as demandas dos apenados e, sempre que possível, os ajudava das mais diversas formas, estendendo o auxílio aos demais reclusos daquele estabelecimento penal. Conta com orgulho que sua sala era sempre repleta de agentes, colegas e professores os quais, durante os

intervalos das aulas, conversavam sobre vários assuntos, culinária, viagens, livros, o que tornava aquele lugar um harmonioso espaço de convivência.

Em contraste com suas memórias positivas, narra alguns momentos de tensão que sofreu, como a vez em que a lâmina de um dos apontadores de lápis foi subtraída durante a confecção de cartões para o dia das mães. Para resolver tal problema, recolheu todos os cartões, sob a condição de que só os devolveria depois que o objeto aparecesse, numa conversa impositiva e franca com a turma, o que acabou dando certo. Outro fato ocorrido foi na biblioteca, enquanto procurava um por um livro, deparou-se com o apenado que trabalhava na organização dos exemplares; suando frio, num semblante de total pavor, ao ver somente a professora e ele na sala. Quando questionado sobre o que estava acontecendo, o agente responsável pela escolta da professora aparece e o apenado responde que a mesma não poderia estar com ele ali, sozinha, porque não era um homem de confiança. Eis o motivo: tratava-se de um preso condenado por crime sexual. Foram momentos que lhe exigiram muita coragem, destreza e, principalmente, persistência para superar estes obstáculos.

Diz ser agradecida pelos “puxões de orelha” que recebeu durante esse tempo, pois aprendeu a respeitar os limites que o ambiente carcerário impõe, não só aos reclusos, mas a todos que ali convivem diuturnamente. Para ela, as adversidades tornavam-se oportunidades de se reinventar, a exemplo de um fato que ocorreu com um dos livros que emprestou aos alunos: o mesmo foi devolvido com um buraco, que serviria de esconderijo para ocultar objetos ilícitos dentro da cela. Após o ocorrido, a professora criou a “hora do conto”, que consistia em resenhas de histórias narradas e interpretadas por ela, num período de dez a quarenta minutos da aula; atividade que prendia a atenção não só dos alunos, mas também dos próprios agentes responsáveis pela segurança, tornando-se motivo de inspiração.

Sua trajetória como professora na PEJ não se restringiu apenas à ministrar aulas, haja vista a intensa demanda dos alunos por questões de saúde e serviço social, intercedendo inúmeras vezes, o acesso a esses serviços. Seu maior desafio frente ao ensino prisional foi a falta de amparo psicológico para lidar com alunos, na

sua grande maioria, jovens, doentes, com uma vida pregressa marcada pela miséria, desestrutura familiar e crimes em sequência. Uma das maiores inspirações para o trabalho surgiu após conhecer a realidade dos apenados dentro de uma galeria. A partir dali, seu desafio era fazer com que a sala de aula fosse um lugar de sonhos, de esperança e de busca por um futuro melhor.

Apesar de ter sofrido preconceito dos próprios colegas de profissão pela escolha de lecionar em presídios, acredita na importância do seu trabalho, na ideia de que o professor prisional não deve sentir-se diminuído em relação àqueles que atuam na educação formal, tão pouco exigir menos dos apenados sob a ideia de que não são capazes. Sua força de vontade era tamanha que, nos tempos em que os recursos da escola eram escassos, levava lençóis de casa para que os alunos criassem telas de pintura, acrescidas de água e pó de gesso, cujas obras foram, em duas ocasiões, avaliadas pelos coordenadores da Casa do Artesão de Porto Alegre e vendidas, tanto lá, quanto na Usina do Gasômetro.

5.1.5 Carmen Rita Araújo Ferreira Mattos Pereira

Aposentada há cerca de um ano e meio, conta que escolheu ser professora por incentivo dos pais, os quais consideravam, à época, ser uma profissão respeitada e uma das melhores opções de emprego para os jovens recém formados no ensino médio. Mesmo sem saber ao certo qual carreira queria seguir, fez magistério, que a fez descobrir o amor pela docência. Trabalhou em diversas escolas regulares de Charqueadas e, a convite de uma colega, começou a trabalhar no ensino prisional.

Professora Carmem Rita é graduada em Letras, com especialização em Língua Espanhola. No NEEJA prisional, era responsável pela preparação dos alunos para as provas de língua estrangeira do ENEM, coordenou projetos de remição pela leitura e, no NEEJA da PEJ, atuou como professora de Língua Portuguesa. Começou a trabalhar em presídios antes mesmo da graduação, aproveitando a oportunidade para desenvolver seu trabalho de conclusão de curso sobre as gírias utilizadas pelos presos, dentro das cadeias. Lembra de uma situação embaraçosa

que passou durante uma de suas aulas, ocasião em que precisou entrar em contato com seu orientador da faculdade, sem sucesso. Como estava autorizada a entrar com o celular e câmera fotográfica para registro das atividades, atendeu uma ligação, vindo a ser da empregada de seu professor, pedindo a ela que passasse seu número para contato. Mesmo sabendo não ser o mais adequado para o momento, atendeu ao pedido. No outro dia, recebeu ligação de uma pessoa desconhecida, a qual explicou ser tia de uma de suas alunas reclusas, pedindo-lhe cópia dos registros fotográficos em que apareciam a sua sobrinha. Eis que tal aluna havia decorado seu número, pois no momento em que o pronunciou em sala, não havia qualquer tipo de material para que pudessem fazer anotações, tão pouco o acesso a aparelhos eletrônicos.

Por outro lado, diz não ter sofrido incidentes com detentos do sexo masculino, considerando estes mais disciplinados, com uma espécie de hierarquia própria, onde os problemas que surgiam em sala de aula eram resolvidos, muitas vezes, por eles mesmos, sem necessidade de intervenção. Seu primeiro contato com educação de jovens e adultos foi como vice-diretora, em escola regular, num processo lento e gradativo de aprendizado, por não ter tido a primeira experiência em sala de aula. Teve a oportunidade de trabalhar como professora no centro municipal de ciências, onde participou de feiras regionais, internacionais, agregando conhecimento sobre muitos assuntos importantes, como alimentação alternativa, higiene bucal, entre outros, passando a compartilhar em suas aulas e desenvolver projetos, no NEEJA da PEJ.

Por gostar de culinária, ensinava receitas aos alunos com aulas práticas na cozinha geral da penitenciária, destacando a importância do reaproveitamento dos alimentos e relembrando, com carinho, que também aprendia com eles, como a vez em que um aluno ensinou-lhe a fazer doce-de-leite, já que gostava muito e nunca conseguia acertar o ponto. No entanto, relata que com o passar do tempo foi se tornando cada vez mais difícil desenvolver atividades extraclasse, assim como a frequência das aulas foi diminuindo, dando-lhe a impressão de que o ambiente prisional estava se tornando um lugar cada vez mais inviável para a educação, ora pela escassez de efetivo, ora por questões burocráticas ou de segurança. Traz como

elementos negativos o baixo nível intelectual dos alunos do NEEJA da PEJ, em comparação às demais casas prisionais, bem como a falta de recursos adequados para o trabalho com apenados. Finaliza sua fala destacando questões positivas como sua força de vontade para fazer dar certo e a esperança de que os alunos fossem capazes de sair daquele ambiente regenerados e dispostos a sair melhores do que entraram.

5.1.6 Maria Zeloí Bueno de Oliveira

Iniciou despretensiosamente sua trajetória no sistema prisional em 2007, pois, desde o início de sua carreira no magistério, só atuou em escolas regulares. Conta que o primeiro impacto que sofreu foi ao perceber que os alunos só contariam com lápis, caderno e borracha para aprender e que estes, ainda deveriam ser devolvidos ao final de cada aula, para evitar que vendessem. Mas esses contratemplos não a impediram de fazer com que o conhecimento chegasse aos alunos, sempre contando com o apoio de colegas e demais membros, tanto do NEEJA quanto da PEJ.

Diz que, nos primeiros anos de trabalho na penitenciária, tudo era muito precário, salas de aula, material didático, recursos financeiros e até efetivo, porém, com o passar dos anos, o cenário foi se transformando em um lugar de muitas conquistas. Começou como professora dos anos iniciais, nos turnos manhã e tarde, sempre acompanhada de um policial militar, designado para sua segurança; ele sempre a escoltava até a porta, permanecendo até o fim de cada aula. Com o aumento da procura pelas aulas e a chegada de mais professores, assumiu a coordenação pedagógica do núcleo. Em 2011, passou à função de vice-diretora, à convite da então diretora do NEEJA, professora Clarice Vivian. Durante a sua gestão, realizou diversos projetos, os quais descreve detalhadamente em seu relato escrito, pois, devido à pandemia da Covid-19 e incompatibilidade de horários, a professora precisou ser entrevistada de forma diferente das demais.

Foram quase dez anos dedicados à educação prisional, tanto na PEJ, como em outras casas do complexo prisional de Charqueadas. Hoje aposentada,

professora Zeloí afirma que a educação prisional, além de enriquecer sua vida profissional, trouxe reflexões importantes como o valor da liberdade, das coisas simples, quando não as tem e, principalmente, das memórias de um tempo bom que, para ela, marcou um período especial em sua trajetória como educadora.

5.2 Entrecruzamentos de histórias de vida

As narrativas apresentadas na seção anterior foram reconstituídas a partir de lembranças evocadas durante as entrevistas, as quais, mesmo quando apresentam divergências ou silenciamentos, produzem efeitos de verdade, pois, segundo Candau (2014, p. 72) "[...] para toda manifestação da memória há uma verdade do sujeito, diferenças recuperadas entre a narração (a memória reconstituída, as maneiras de 'ter por verdadeiro') e a realidade factual: se podemos dizer que a verdade do homem é o que ele oculta, o fato de ocultar é também sua verdade".

Ao fazer a análise da trajetória docente das entrevistadas, chama a atenção o fato de que estes professores atuaram na PEJ em momentos distintos, fato este que corroborou para entender a órbita do ensino de jovens e adultos nesta casa prisional, desde a sua implementação, até a criação de um NEEJA próprio. Como este só foi instituído em 2018, todas as professoras entrevistadas atuaram concomitantemente em outros estabelecimentos prisionais, porém, somente as que ainda estão em atividade tiveram passagem pelo NEEJA Sueli Rodrigues da Silva. Mas isso não exclui o fato de que as docentes aposentadas fizeram parte da história da educação prisional da PEJ, que teve início na década de 80, de acordo com os documentos acessados, informações obtidas pela secretaria do NEEJA e o relato de uma das entrevistadas. Nessa época, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se efetivava no Estado por meio do denominado Núcleo de Orientação de Ensino Supletivo (NOES) e a PEJ ainda não encontrava-se sob a administração da Brigada Militar. São marcos históricos que marcam a trajetória dos professores e da educação prisional na PEJ.

As entrevistas implicam um "processo de mobilização memorial necessário a toda consciência de si" no qual a lembrança é algo pleno "de toda a complexidade do sujeito e de sua trajetória de vida" (CANDAU, 2012, p. 65). A dimensão de tempo, logicamente por estarmos tratando de memória social, se fez presente nestes processo de rememoração.

De acordo com os relatos das entrevistadas, é possível perceber que, nas suas perspectivas, a evolução do tempo trouxe para a educação na PEJ uma série de mudanças, positivas e negativas. Entre os aspectos positivos destacam-se o aumento de recursos financeiros para aquisição de material pedagógico e melhorias na estrutura física da escola, que compreende dos corredores da penitenciária ao prédio recém reformado, atual setor administrativo. No que se refere aos aspectos negativos, foi citado o aumento da população carcerária, em paralelo com a diminuição do efetivo, tanto da Brigada Militar, quanto de professores, não sendo possível atender à demanda e prejudicando as aulas, principalmente quando estas precisam ser suspensas, bem como a guerra entre as facções criminosas, que compromete a segurança da penitenciária e impede o acesso de muitos apenados ao estudo. Nessa análise, é preciso ponderar que essas comparações emergem de uma "a lembrança do tempo passado não é a lembrança do tempo que passa nem a lembrança do tempo que passou" (CANDAU, 2012, p. 65), mas a lembrança dos acontecimentos que fazem sentido para quem lembra no momento da evocação. Ou ainda como indicado por Candau (2012, p.66): "O apelo ao passado é um constante desafio lançado ao futuro, consistindo em ponderar hoje sobre o que foi feito e o que poderia ter sido feito".

Também foi mencionada nas entrevistas a carência de formação continuada na área específica da educação prisional, uma vez que os cursos e atualizações oferecidos atualmente aos educadores são voltados à educação de jovens e adultos de escolas regulares, e este conhecimento, quando posto em prática nos estabelecimentos penais, esbarra em inúmeros problemas de acessibilidade, restrições e demais questões que denotam uma realidade totalmente diversa restringindo, cada vez mais, o trabalho do professor prisional. A ausência de um protocolo regulando a conduta dos professores nas casas prisionais é outro ponto a

ser evidenciado, pois todas as entrevistadas afirmam não ter recebido quaisquer orientações sobre a rotina desses locais, nem de que forma deveriam proceder durante as aulas, principalmente, do regime fechado, ratificando que toda a experiência adquirida veio através da prática e das orientações recebidas pelos agentes prisionais, no transcorrer do tempo.

Por tais razões que, tanto as docentes da ativa, quanto as aposentadas apontam que, no decorrer do tempo, houve certa perda de autonomia da escola em algumas questões técnicas, como a escolha dos critérios de seleção dos alunos que irão frequentar as aulas, bem como dificuldades para pôr em prática o disposto na legislação quanto ao direito de todos os apenados terem acesso ao estudo. Em contrapartida, destacam a colaboração e o trabalho da Brigada Militar na PEJ que, na opinião delas, é feito com muito comprometimento, dedicação e zelo, visando a segurança de todos e contribuindo efetivamente com a educação prisional.

5.3 Entrelaçando memória institucional e trajetórias docentes

Ao analisar a trajetória dos professores do NEEJA na PEJ, nota-se que estes indivíduos passaram por um processo de transformação e adaptação de suas carreiras, até se tornarem parte integrante do sistema prisional. Isso se deve a vários fatores, entre eles, a não formação específica e a atuação em ambientes não formais de ensino. Relembrando os conceitos de memória, Gondar (2016) diz esta ser polissêmica e transdisciplinar, por comportar inúmeras significações, capazes de produzir efeitos de transversalidade entre os diversos saberes

O objeto transdisciplinar não é comum a diferentes disciplinas; ele é criado como um novo objeto, de maneira transversal, quando problemas que até então eram próprios de um campo de saber atravessam seus limites e fecundam outros. Esse objeto não existe antes que o atravessamento se dê. (GONDAR, 2016, p.22)

Logo, não seria a educação prisional intramuros da PEJ um recorte desse atravessamento de domínios distintos? É provável que sim, pois o professor que atua nesse ambiente é, além de protagonista na educação penal, coadjuvante no

processo de ressocialização de apenados. Isso porque, o profissional que é designado para trabalhar dentro de um estabelecimento penal precisa, logo de início, repensar os conceitos de aluno e escola. Trabalhar dentro de um presídio implica ter, logo de cara, sua autonomia e liberdade parcialmente tolhidas, em razão de todo regramento necessário para garantir que este seja um local que cumpre a função que se propõe.

Não se trata de um ambiente escolar formal, cuja principal finalidade consiste em garantir a aprendizagem e apropriação do conhecimento e valores necessários à socialização do indivíduo; trata-se de um ambiente adaptado de ensino, cujo público alvo são criminosos, ou seja, pessoas que transitam na linha tênue entre a cidadania e a marginalidade. Num exercício diário de empatia, o professor vivencia a realidade do universo entre grades, ao ter seus pertences revistados, estar sob vigia de câmeras por tempo integral, ter acesso restrito à informação e transitar somente sob escolta e em espaços devidamente permitidos.

A própria comunicação, nestes espaços, torna-se paradoxal, pois ao mesmo tempo que se faz extremamente necessária, tendo em vista a total heterogeneidade das turmas, o excesso dela pode acarretar consequências para além das grades, ao passo que muitos detentos colocam-se na condição de aluno apenas para continuar a delinquir, seja por vontade própria ou ordenado por facções, a fim de transformar o valor da informação em preço. É entre diferenças manifestas e detalhes sutis que surge o perfil do educador prisional, isto é, o docente que passa a adotar uma postura semelhante aos demais profissionais que atuam nesses espaços, por um processo de aglutinação de cargos e funções. A título de exemplo, quando o professor inicia a aula, este assume indiretamente o papel do carcereiro, vez que o preso passa a estar sob sua guarda, cabendo sua custódia e autoridade para desligá-lo das atividades, em caso de descumprimento de quaisquer normas previstas na Lei de Execução Penal.

E, no costurar desses pontos, a figura do professor se reinventa. Vai, aos poucos, se apropriando de todo o ritual que envolve desde chegar e sair da sala de aula ao tracejar de identidade de cada persona. É movimento contínuo, um constante observar do que acontece naqueles espaços, é desconstruir para

reconstruir, num processo lento e diário de adaptação a um ambiente tão diverso. Buscando uma melhor definição deste espaço físico e seus fenômenos, invoca-se ao estudo alguns conceitos acerca da memória institucional, sob a ótica de Thiesen (1997), partindo do pressuposto que, para entender as relações entre memória e instituição, é necessário diferenciar uma instituição de organização. Para a autora

[...] as instituições são tomadas como formas fundamentais de saber-poder, que emergem no seio das sociedades e possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer. Pois a memória, como alvo político, passa por determinados discursos e está aliada aos critérios de verdade vigentes da sociedade. (THIESEN, 1997, p.5)

Nesse sentido, a autora chama a atenção para a diferença entre memória institucional e organizacional; enquanto a primeira está focada na legitimidade, a segunda pauta-se na eficiência. Para uma melhor percepção de como a educação de apenados na Penitenciária Estadual do Jacuí acontece, é salutar mencionar que mais de uma instituição participa do processo, a fim de garantir ao indivíduo recluso o direito de estudar, independente do regime de pena imposto. Nesse sentido, Telles (2018) ressalta que

[...] ambientes institucionais abarcam uma racionalidade que faz com que as ações passadas sejam inteligíveis e aceitáveis pelos atores sociais. A relação do ambiente institucional com a estrutura organizacional legitima-se e ganha recursos necessários se conseguirem tornarem-se *isomórficas* nos ambientes, ou seja, uma tendência à homogeneidade organizacional. (TELLES, 2018, p.3)

As organizações que compõem o sistema educacional da PEJ gozam de independência e são harmônicas entre si, atuando conjuntamente dentro do sistema penitenciário. A primeira a ser pensada no decurso é o governo do Estado que, através das secretarias da Segurança Pública e Educação asseguram o acesso à educação nos estabelecimentos penais, conforme o exposto na legislação vigente. Por sua vez, as coordenadorias regionais de educação são os órgãos responsáveis pela gestão do ensino dos detentos de cada casa prisional, contando como apoio da Superintendência dos Serviços Penitenciários, instituição que administra os

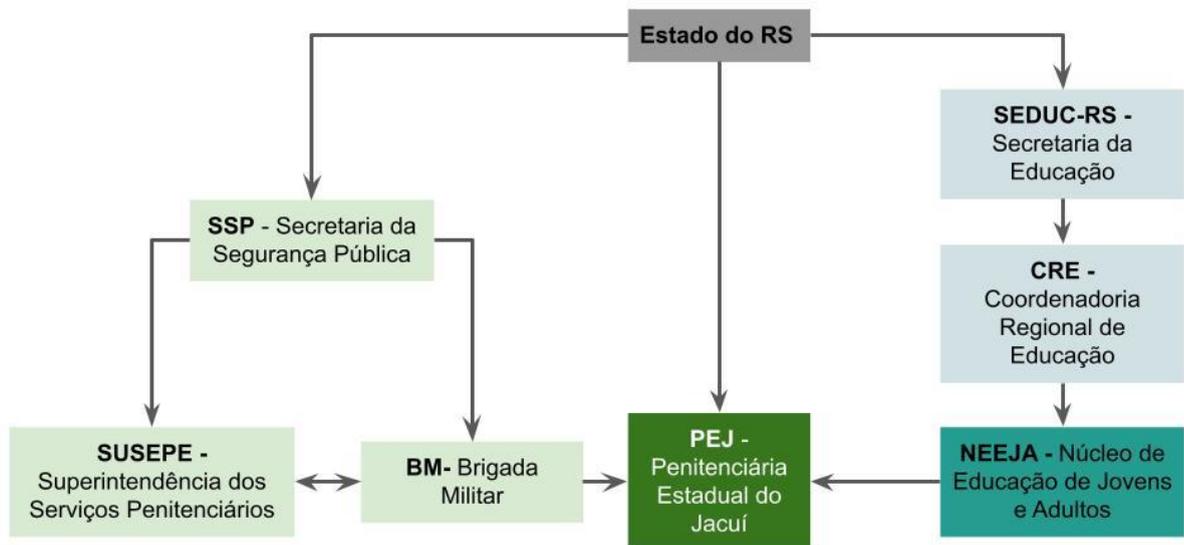
estabelecimentos penais no Estado e, por consequência, a Brigada Militar que, em regime de força tarefa, é responsável pela Penitenciária Estadual do Jacuí desde o ano de 1995.

Por se tratar de indivíduos adultos privados de liberdade, a modalidade de ensino ofertada é a Educação de Jovens e Adultos, através dos núcleos (NEEJA) instaurados em algumas casas penais. A PEJ possui um NEEJA situado dentro de suas dependências, responsável pelo ensino de apenados do regime fechado e semiaberto, através de professores concursados do Estado, de acordo com as áreas do conhecimento exigidas. Esses docentes, embora preparados para exercerem suas funções em escolas regulares, atuam no cárcere simultaneamente com os demais profissionais.

Embora possa se pensar que apenas as instituições de educação são responsáveis neste processo, há de se pensar que o ensino prisional, além de ser uma modalidade recente, precisa se amoldar constantemente à realidade do sistema penitenciário, cuja principal função é garantir o cumprimento da pena e a reinserção do indivíduo na sociedade. Com isso, adiciona-se nessa composição a SUSEPE, instituição responsável pela administração dos estabelecimentos penais do Estado. No caso específico da PEJ, a SUSEPE atua de forma secundária, ficando a cargo da Brigada Militar a coordenação administrativa e operacional da penitenciária, através de portaria estadual vigente.

Ainda que cada instituição citada obedeça a sua própria hierarquia de atribuições e funções, todas elas subordinam-se em algum momento umas às outras dentro do sistema, conforme o organograma a seguir:

Figura 4 - Instituições responsáveis pela educação na PEJ



Fonte: Autoria própria (2021).

Sob o viés de Thiesen (1997) a memória institucional compreende a memória organizacional, porém não se limita a ela, sendo as conexões de forças que delimitam o plano institucional que, por ora, revela a organização. Assim, a educação prisional não só implica para o Estado dois pilares fundamentais da sociedade, educação e segurança, mas também consolida uma organização própria nesses espaços, composta por instituições de esferas distintas que se complementam e assumem uma nova identidade. Diante do exposto, pode-se dizer que a PEJ não existe enquanto instituição única e isolada; ela só se define pela composição de outras instituições, neste caso Brigada Militar e SUSEPE, as quais também não se compõem enquanto espaço penal, fora dos muros da penitenciária.

O mesmo acontece com o NEEJA Sueli Rodrigues da Silva, cuja existência está necessariamente atrelada à PEJ - daí a expressão NEEJA da PEJ - ou seja, o NEEJA fora de PEJ tornaria-se uma outra instituição. Logo, entenda-se a relação entre instituição e organização como grandezas proporcionais, cujos limites entre um e outro se definem dentro do processo, pois “o comportamento e a prática é que fazem as instituições e definem o processo de institucionalização” (THIESEN, 1997, p. 13). Nesse movimento, ao se cruzar análise documental e análise das entrevistas,

obteve-se um histórico do ensino dentro do complexo prisional que será detalhado a seguir.

5.4 Reconstituindo um histórico de educação na PEJ

Através da análise documental feita na primeira etapa da pesquisa, juntamente com os relatos das professoras entrevistadas e posterior informações complementares, fornecidas pela diretora e secretaria do núcleo, foi possível identificar que a educação na PEJ passou por um processo evolutivo até se tornar o NEEJA “Sueli Rodrigues da Silva” e como essas professoras tornaram esse espaço dentro do presídio uma escola, a partir das suas vivências. As primeiras informações sobre práticas de ensino na penitenciária partem da década de 1990, quando professores da rede estadual, oriundos do antigo NOES (Núcleo de Orientação de Ensino Supletivo), criado em 1982, eram designados para atender apenas inscritos nos exames supletivos, em consonância com a Constituição Federal de 1988, que assegura à pessoa privada de liberdade o direito à educação. E, aos poucos, devido à crescente demanda, a educação de jovens e adultos passou a ser instituída na PEJ, com turmas constituídas e aulas regulares.

Mais tarde, o governo estabeleceu um novo Regimento Escolar que instituiu, em 2002, os Núcleos de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular, no Estado. Na PEJ, o NEEJA, nominado “Julieta Vilamil Balestro”, passou a funcionar naquele mesmo ano, entretanto, o núcleo era responsável, na época, por todo o complexo penitenciário de Charqueadas, com sede administrativa situada nas dependências da Penitenciária Modulada de Charqueadas (PMEC). Durante esse período, os professores nomeados atendiam mais cinco casas prisionais, além da PEJ.

Com as mudanças na Lei de Execução Penal, que passou a prever a remição da pena pelo estudo, a procura pelas aulas aumentou exponencialmente e fez com que os professores iniciassem um movimento para a criação de um NEEJA que atendesse exclusivamente a PEJ, além da ampliação dos turnos das aulas. E, finalmente, em 2018, a penitenciária passou a ter uma escola própria, denominada

NEEJA “Sueli Rodrigues da Silva”, com sede administrativa localizada nas dependências do regime semiaberto da PEJ.

Cabe destacar a importância do nome escolhido para a escola: trata-se de uma professora reconhecida pelos seus pares, que trabalhou como educadora na PEJ, desde a década de 90 até 2016, sendo citada, inclusive, por uma das entrevistadas. Como pontua Candau (2012, p. 69) acerca do reconhecimento social, que no caso aqui refere-se a uma professora de EJA, “não é suficiente nomear para identificar, é preciso ainda conservar a memória desta nomeação”. Fica clara a preocupação do grupo de entrevistadas em preservar essa memória, não sendo por acaso que um dos primeiros documentos obtido com a diretora, reproduzido no anexo 1, versa justamente sobre a origem do nome da escola.

5.5 Registrando novas histórias: uma agenda como produto técnico

O produto final da presente pesquisa resultou em uma agenda permanente, instrumento de organização para uso tanto pessoal como profissional, que não possui datas, podendo ser usada em qualquer época do ano, pois não apresenta dias da semana, apenas os meses do ano. É uma ferramenta útil no dia a dia dos profissionais que necessitam de um ordenamento diário de suas tarefas. A ideia surgiu como forma de sintetizar os principais achados da pesquisa, dando visibilidade à trajetória dos professores que atuam ou atuaram com educação prisional na Penitenciária Estadual do Jacuí, além de divulgar o trabalho desenvolvido pelo NEEJA “Sueli Rodrigues da Silva”.

A agenda é composta por capa e contracapa personalizadas, contendo o título da pesquisa e uma compilação de fotos extraídas do arquivo pessoal das docentes entrevistadas e desta pesquisadora, de modo a representá-las. As oito imagens selecionadas para a capa representam, em síntese, o contexto da educação prisional na PEJ e demonstram o trabalho desenvolvido pelos educadores, permitindo ao público para o qual a agenda é destinada conhecer este espaço. Já a contracapa contém uma única foto, que contempla o pôr do sol no Rio Jacuí, que corre às margens da penitenciária, em frente à esplanada, trazendo o contraponto

entre coerção e liberdade. No interior da agenda, foram adicionadas 12 páginas, uma para cada mês do ano, com imagens e textos que permitem conhecer um pouco sobre a origem da penitenciária, a presença da Brigada Militar, criação da escola, além de imagens e frases retiradas das entrevistas que demonstram o trabalho desenvolvido por estas professoras ao longo do tempo. O quadro 6 justifica cada um desses registros e de que forma foram utilizados no produto final, seguindo uma ordem cronológica que sincroniza os meses do ano aos.

Quadro 6 - Produto final: escolha de imagens e fonte

Mês	Imagem	Fonte da imagem	Teor do texto	Fonte do texto
Janeiro	Penitenciária Estadual do Jacuí (imagem antiga) Penitenciária Estadual do Jacuí (imagem atual)	www.susepe.rs.gov.br www.oabrs.org.br	Breve contextualização sobre a criação do estabelecimento prisional	Autoria própria
Fevereiro	Instrução realizada para agentes da Brigada Militar e SUSEPE Operação realizada nas dependências da PEJ	Agência Local de Inteligência da PEJ www.mprs.mp.br	A integração entre Brigada Militar e SUSEPE na PEJ	Autoria própria
Março	Dependências do NEEJA Sueli Rodrigues da Silva	Acervo pessoal das entrevistadas	A criação do NEEJA na PEJ	Autoria própria
Abril	Professora Sueli Rodrigues da Silva	Acervo pessoal das entrevistadas	A origem do nome da escola	Direção da escola
Maiο	Cartaz produzido pelos alunos em sala de aula	Acervo pessoal das entrevistadas	Trecho extraído das entrevistas	Professora Maria Zeloí Bueno de Oliveira
Junho	Sala de aula do regime fechado	Agência Local de Inteligência da PEJ	Trecho extraído das entrevistas	Professora Carmem Rita Pereira
Julho	Sala de aula do regime semiaberto	Agência Local de Inteligência da PEJ	Trecho extraído das entrevistas	Professora Marlete Regina de Souza Barreto

Agosto	Cartaz feito pelos detentos em comemoração ao Dia dos Pais	Acervo pessoal das entrevistadas	-	-
Setembro	Artesanatos produzidos pelos apenados para exposição e venda na Expointer	Acervo pessoal das entrevistadas	-	-
Outubro	Desenho feito por reeducando	Acervo pessoal das entrevistadas	Breve contexto sobre a origem do desenho e sua dedicatória	Autoria própria
Novembro	Prêmio Educação RS	Acervo pessoal das entrevistadas	Prêmio recebido pelo NEEJA da PEJ em 2015	Autoria própria
Dezembro	Cartaz produzido pelos apenados	Acervo pessoal das entrevistadas	-	-
Capa	Mosaico composto por oito imagens: reunião virtual de professores, em razão da pandemia da Covid-19, fachada da escola com equipe de professores, entrega de certificados aos alunos que concluíram o ensino fundamental, alunos em sala de aula, entrada da PEJ, cartaz produzido pelos alunos, o trabalho da BM na PEJ, grades que separam aluno e professor.	Acervo pessoal das entrevistadas e desta pesquisadora.	Título da pesquisa	Autoria própria
Contracapa	Pôr do sol no Rio Jacuí, em frente à esplanada da PEJ	Agência Local de Inteligência da PEJ	Justificativa produto final	Autoria própria

Fonte: Autoria própria (2021).

O produto técnico tem como público alvo, professores, gestores e funcionários da educação e profissionais que trabalham em estabelecimentos prisionais, bem

como poderá ser utilizado como mimo para presentear autoridades que visitam a PEJ, iniciativa já adotada pelo diretor da penitenciária em solenidades e eventos. A imagem da figura 5 apresenta a visualização da capa do produto finalizado. O layout da agenda e distribuição das artes produzidas serão dispostas conforme imagens que seguem na figura 6.

Figura 5 - Ilustração com a capa da agenda



Fonte: Autoria própria (2021).

Figura 6 - Elementos centrais da agenda

A PENITENCIÁRIA ESTADUAL DO JACUÍ

Foi criada em 05 de dezembro de 1930. Em 1938, efetivou-se como Colônia Penal Agrícola General Daltrio Filho, destinada ao cumprimento de penas no regime semiaberto. Em 17 de dezembro de 1951, passou a chamar-se Correição do Jacuí, transformando-se em estabelecimento penal para cumprimento de penas no regime fechado. E, no dia 20 de março de 1969, através do Decreto nº 19.572, recebeu o nome de Penitenciária Estadual do Jacuí, designada ao cumprimento de penas privativas de liberdade e medidas de segurança detentiva.



Janeiro

INTEGRAÇÃO ENTRE BRIGADA MILITAR E SUSEPE

A Secretaria da Justiça e da Segurança, através da portaria nº 11, de 25 de julho de 1995, criou a Força Tarefa "Operação Canarinho", atribuindo aos oficiais da Brigada Militar a coordenação administrativa e operacional de determinadas cadeias do Estado, entre elas, a PEJ. Fato este deu origem a uma ação integrada com a Superintendência dos Serviços Penitenciários, órgão responsável pela gestão das casas prisionais, valendo até os dias atuais.



Fevereiro

O NEEJA NA PEJ

Em 09 de janeiro de 2013, foi instituída a Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária Estadual do Jacuí, através do Núcleo Estadual Julieta Villamil Balestro, situado na Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas (PMEC). Em 03 de setembro de 2018, a PEJ passou a ter seu próprio NEEJA que, recentemente, recebeu o nome "Sueli Rodrigues da Silva", através da Portaria nº 139/2020, publicada no Diário Oficial do Estado, em 20 de agosto de 2020.



Março

A ORIGEM DO NOME DA ESCOLA

Sueli Rodrigues da Silva nascida no município de Arroio dos Ratos em 08 de novembro de 1951, filha de Osmar Rodrigues e Laura Terezinha Câmara Rodrigues, formou-se em licenciatura de Ciências pela FAPA em 1986 e em Pedagogia pela ULBRA em 2004.

Iniciou sua atividade de educadora como funcionária no Município de Charqueadas.

A professora Sueli ingressou no funcionalismo Público Estadual em 1991, atuou como alfabetizadora em várias escolas estaduais no município conquistando o respeito e a admiração da comunidade Charqueadense.

Uma estudiosa da educação, professora Sueli, especializou-se em Pedagogia Gestora, Orientação, Supervisão e Administração Escolar pela CELER Faculdades, e por último como um sonho a ser realizado, especializou-se em Educação de Jovens e Adultos, com ênfase nos espaços de privação de liberdade. Faculdades SENAC

No final da década de 90, quando a Educação prisional estava sendo implantada no Complexo Prisional de Charqueadas, a convite de sua amiga e também educadora Maria Lolita Trassante Urbanetto, no NOES - Penitenciária Estadual do Jacuí.

Desde então a professora Sueli com sua calma e compaixão atuou como educadora no Complexo de Charqueadas até fevereiro de 2016, quando aceitou aposentar-se por problemas de saúde. Seu amor e dedicação aos detentos do complexo eram tão grandes que mesmo estando com idade e tempo de serviços ela insistia em permanecer trabalhando.

Durante esse tempo de dedicação a Educação Prisional também atuou como professora de matemática e ciências e foi diretora colaborando para a transformação do NOES em NEEJA, além de desenvolver diversos projetos entre eles, o concurso literário "O Pensamento é Livre" e "A Educação Liberta" em parceria com o Canal Futura.

Professora Sueli foi parte atuante na história da construção da Educação Prisional do Complexo de Charqueadas. Faleceu em outubro de 2016.



Abril

"Trabalhar com educação prisional me fez ver o quanto é importante e valiosa a nossa liberdade, a importância das pequenas coisas, quando não as temos."

Professora Maria Zeloí



Maio

"O que nos move é a força de vontade de fazer dar certo e a esperança de que os alunos serão capazes de sair melhores do que entraram."

Professora Carmen Rita A. F. M. Pereira



Foto: sala de aula do regime fechado

Junho

"A educação prisional é um laboratório, onde o professor deve estar preparado para lidar com as experiências."

Professora Marlete Regina de Souza Barreto

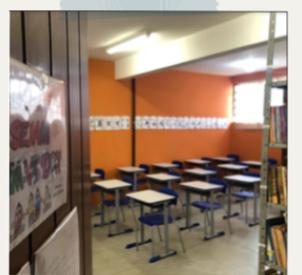


Foto: sala de aula do regime semiaberto

Julho

Cartaz feito pelos detentos no pátio de uma das galerias da PEJ, em comemoração ao Dia dos Pais.



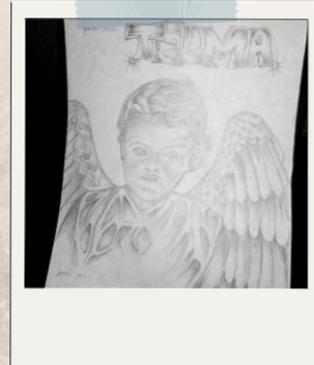
Agosto

Artesanato produzido pelos apenados durante as aulas para exposição e venda na Expointer



Setembro

Desenho feito por um apenado em dedicatória à professora Telma Elita Nunes de Mattos, que lecionou na PEJ na década de 90.

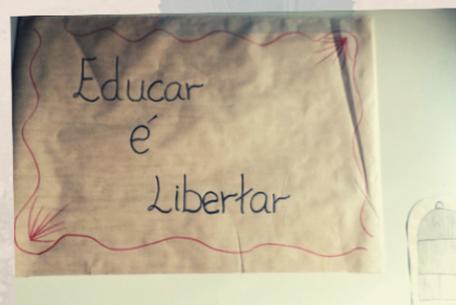


Outubro

Prêmio "Educação RS" recebido pelo NEEJA da PEJ em 2015, pelo projeto "Quebrando as Grades da Ilusão", que tinha por objetivo provocar a reflexão junto aos jovens privados de liberdade sobre como seriam suas vidas, caso não houvessem ingressado no crime, bem como levar relatos aos jovens e adultos das escolas da rede estadual de ensino, na área de abrangência da 12ª CRE.



Novembro



Dezembro

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa, que tinha como objetivo registrar trajetórias profissionais de professores que atuam ou atuaram com a educação prisional, nas dependências da Penitenciária Estadual do Jacuí permitiu, através das entrevistas e dos documentos acessados, registrar memórias docentes, conhecendo suas histórias de vida, compreendendo como estes se tornaram educadores prisionais e que lugar ocupam na história da educação da PEJ. Conforme foi estabelecido nos objetivos específicos, este trabalho final, bem como o produto técnico associado, apresentam registros imagéticos que foram obtidos, sistematizados e analisados, bem como foram apresentados marcos significativos da escola e das entrevistadas. Deste modo, considera-se que foi atendido também ao objetivo específico de dar visibilidade à escola e aos professores que nela atuaram ou atuam. Foram através de arquivos imagéticos significativos, fornecidos em grande parte pelas entrevistadas, que se construiu o produto técnico desta pesquisa, que consiste numa agenda personalizada, cuja arte foi cuidadosamente elaborada com o intuito de dar maior visibilidade a estes docentes, bem como divulgar o trabalho desenvolvido no NEEJA Sueli Rodrigues da Silva com o apoio da administração da PEJ. Foram confeccionadas sete agendas para presentear cada uma das entrevistadas e o diretor da penitenciária, como forma de agradecimento pela colaboração com esta pesquisa e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido neste estabelecimento penal, por ocasião de uma reunião que aconteceu na sede da escola com a coordenadoria de educação da SUSEPE. Entretanto, por se tratar de uma situação pandêmica, as agendas foram entregues em ocasiões diferentes: as professoras que trabalham no NEEJA da PEJ receberam o mimo na escola, através da diretora, para as docentes aposentadas, o produto final foi entregue em suas residências e para o diretor da PEJ a entrega foi feita pessoalmente por esta pesquisadora.

Foi possível mapear, também, outros elementos significativos com relação à pesquisa, como a necessidade de formação continuada para profissionais de educação prisional pois, de acordo com o que foi extraído das entrevistas, nenhuma delas recebeu formação específica para educação prisional - sendo que apenas uma

delas concluiu o único curso de especialização oferecido, durante todo o tempo em que atuaram em presídios - e com as recentes mudanças na educação, tanto em razão da epidemia do Coronavírus, quanto pela reformulação do ensino de jovens e adultos no Estado, a realização de cursos de atualização e formação específica na área, se faz necessário, principalmente no que tange a implementação do ensino híbrido, que já é uma realidade em quase todos os estabelecimentos do complexo prisional de Charqueadas.

Cabe destacar, também, que os relatos das entrevistadas, somados à minha experiência como agente de segurança na PEJ, permitiu entender que as principais aflições vividas por elas no dia a dia em sala de aula, como a incapacidade de atender a demanda e a falta de recursos, tanto de efetivo quanto material, essenciais para que a educação aconteça nesses espaços, se devem ao fato de que há uma fronteira entre o fazer docente e o cumprimento da pena, cuja linha limítrofe entre esses dois pilares da ressocialização é a segurança.

Vislumbra-se como trabalhos futuros desenvolver um curso de formação específica na área de educação prisional, com enfoque no trabalho em rede. Também restam como trabalhos futuros realizar entrevistas com docentes de outras unidades prisionais do estado. Finalmente, destaca-se que o produto final apresentado permite o desdobramento em outros materiais de divulgação, assim como é possível criar outras versões com outros dados, depoimentos e imagens resultantes desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRAGA, Ana Gabriella Mendes. As funções da prisão no contexto contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 107, Mar/abril 2014.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7626, de 24 de novembro de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7626.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.626%2C%20DE%2024,e%20%C2%A7%204%C2%BA%20do%20art. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.163, de 09 de setembro de 2015**. Modifica a Lei de Execução Penal para instituir o Ensino Médio nas penitenciárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13163.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508144/000992124.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013**. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para admissão pela leitura. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1907>. Acesso em: 25 mai. 2020.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória Social. Revista Morpheus (Número especial: Por que memória social?). **Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares Em Memória Social**, v. 9, n. 15. p. 19-40. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475>. Acesso em: 25 mai. 2020

DUARTE, Alisson José Oliveira. “Celas de Aula” Professoralidade nos Presídios. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação On-Line**, Uberaba, v.1, n.1, 2013, p. 25-36.

GARCIA, Vera L.; SOUZA, Alícia N. de. A narrativa e a pesquisa qualitativa. *In*: SILVA, Raimunda M. da et al (org.). **Estudos qualitativos: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações**. Sobral: Edições UVA, 2018. p.199-210.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE. Biblioteca Virtual Do Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística: **Charqueadas**. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/charqueadas.pdf> . Acesso em: 20 de abril de 2020.

IRELAND, Timothy D. Anotações sobre a educação em prisões: direito, contradições e desafios. *In*: CRAIDY, Carmen M. (org.). **Educação em prisões: direito e desafio**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/30703>. Acesso em: 19 set. 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de história oral**. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 mai. 2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA. **Departamento Penitenciário Nacional**. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br>. Acesso em: 19 set. 2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - SISDEPEN**. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>. Acesso em 26 fev 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História**, PUC-SP, São Paulo, v. 10. 1993.

ONOFRE, E. M. C. **Desafio histórico na educação prisional brasileira: ressignificando a formação de professores ... um quê de utopia?** *Revista HISTEDBR On-line*, v. 12, p. 205- 219, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640048/7607>. Acesso em 19 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em 17 set. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2. n.3. 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 19 ago. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 50.013, de 8 de janeiro de 2013. Cria o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos - NEEJA - no município de Charqueadas.** Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=58929&hTexto=&Hid_IDNorma=58929. Acesso em: 17 set. 2019.

SÁ BARRETO, Elba Siqueira de. **Avaliação da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 139, de 20 de agosto de 2020.** Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=458710>. Acesso em: 29 nov. 2020.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA. **Portaria nº 11, de 25 de julho de 1995.** Disponível em: <https://www.bm.rs.gov.br/upload/arquivos/202007/23120837-informativo-aniversario-ft-pej.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

UNESCO. **Educando para a liberdade, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras**. Brasília: Unesco, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001495/149515por.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

VASCONCELOS, Dayse P. *et al.* Narrativa como técnica de coleta de informações na pesquisa qualitativa . *In:* SILVA, Raimunda M. da *et al* (org.). **Estudos qualitativos:** enfoques teóricos e técnicas de coleta de informações. Sobral: Edições UVA, 2018. p. 211-222.

WOLFF, Maria Palma. Prisões no Rio Grande do Sul: Aspectos de sua evolução e problemática (1953-1989). *In:* LEWGOY, Alzira; SUZIN, Leonardo Ricardo; WOLFF, Maria Palma; MARTINS, Rejane Beatriz Grillo (org.). **Marginalidade e controle social.** Porto Alegre, Secretaria da Justiça do Rio Grande do Sul, 1991. p. 241-386.

ANEXO 1 - Texto relativo à professora Sueli Rodrigues da Silva

Sueli Rodrigues da Silva

Sueli Rodrigues da Silva nascida no município de Arroio dos Ratos em 08 de novembro de 1951, filha de Osmar Rodrigues e Laura Terezinha Câmara Rodrigues, formou-se em licenciatura de Ciências pela FAPA em 1986 e em Pedagogia pela ULBRA em 2004.

Iniciou sua atividade de educadora como funcionária no Município de Charqueadas.

A professora Sueli ingressou no funcionalismo Público Estadual em 1991, atuou como alfabetizadora em várias escolas estaduais no município conquistando o respeito e a admiração da comunidade Charqueadense.

Uma estudiosa da educação, professora Sueli, especializou-se em Pedagogia Gestora: Orientação, Supervisão e Administração Escolar pela CELER Faculdades, e por último como um sonho a ser realizado, especializou-se em **Educação de Jovens e Adultos, com ênfase nos espaços de privação de liberdade**. Faculdades SENAC

No final da década de 90, quando a Educação prisional estava sendo implantada no Complexo Prisional de Charqueadas, a convite de sua amiga e também educadora Maria Lolita Trassante Urbanetto, a professora Sueli passou a desenvolver atividades de alfabetização no NOES- Penitenciária Estadual do Jacuí.

Desde então a professora Sueli com sua calma e compaixão atuou como educadora no Complexo de Charqueadas até fevereiro de 2016, quando aceitou aposentar-se por problemas de saúde. Seu amor e dedicação aos detentos do complexo eram tão grandes que mesmo estando com idade e tempo de serviços ela insistia em permanecer trabalhando.

Durante esse tempo de dedicação a Educação Prisional, também atuou como professora de matemática e ciências e foi diretora colaborando para a transformação do NOES em NEEJA, além de desenvolver diversos projetos entre eles, o concurso literário "O Pensamento é Livre" e "A Educação Liberta" em parceria com o Canal Futura.

Professora Sueli foi parte atuante na história da construção da Educação Prisional do Complexo de Charqueadas. Faleceu em outubro de 2016.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista: entrevista com a diretora

Prezada profa Isabel,

Agradecemos sua disponibilidade em nos auxiliar nesta pesquisa em andamento, sendo que este questionário foi criado considerando a dificuldade de realizarmos uma entrevista de forma gravada/síncrona.

Em primeiro lugar, gostaríamos de informá-la dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será sua participação e dos procedimentos, para o qual pedimos seu consentimento em participar da pesquisa, como também sua anuência que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (dissertação, divulgação em eventos e publicações científicas).

Esta entrevista faz parte de um projeto de mestrado profissional em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, intitulado "Memórias e trajetórias de professores do NEEJA na Penitenciária Estadual do Jacuí" da mestrande Joseane da Silva Novo sob a orientação de Patrícia Kayser Vargas Mangan. Tem como objetivo geral registrar histórias de vida de professores que atuam em escolas dentro do sistema prisional. A finalidade deste trabalho é contribuir para visibilidade a ação de educação de adultos dentro do sistema prisional, mais especificamente na PEJ.

Solicitamos a sua colaboração para a realização deste projeto por meio do envio por escrito das respostas aos questionamentos a seguir. Existem três grandes temas para os quais elencamos algumas perguntas. As mesmas não precisam ser necessariamente respondidas uma a uma. Estamos interessadas em suas memórias e na sua trajetória dentro deste contexto de pesquisa, mas gostaríamos de deixá-la à vontade para apresentar a sua narrativa como se sentir mais confortável.

Esclarecemos que sua participação neste estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelas pesquisadoras. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhuma consequência. As

pesquisadoras estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Atenciosamente,

Joseane da Silva Novo - novojooseane@gmail.com

Patrícia Kayser Vargas Mangan - patricia.mangan@unilasalle.edu.br

Tema 1: como me tornei professora?

Gostaríamos de saber um pouco da tua trajetória pessoal e profissional. Onde tu nasceu? Por que resolveu ser professora? Qual a tua formação inicial (graduação, especialização, etc)? Costuma fazer formações continuadas? Qual a primeira escola onde atuou? Em que escolas trabalhou? Se é concursada, desde quando? Qual sua primeira experiência com aulas para jovens e adultos?

Tema 2: como iniciou minha atuação no NEEJA PEJ?

Quando começou a trabalhar no NEEJA PEJ? Trabalhou em outro NEEJA de outros presídios? Que professores serviram de modelo ou inspiração para trabalhar neste contexto? O Estado ou a Casa Prisional ofereceu (oferece) cursos de formação para atuação no NEEJA PEJ?

Tema 3: como é ser professora no NEEJA PEJ?

Quais funções anteriores e atuais no NEEJA PEJ (docência, gestão, formação)? Como é o perfil dos alunos? Como é a adesão dos alunos? Seria possível aumentar essa adesão? Quais as principais dificuldades para aprendizagem e para o ensino? Como é o funcionamento do NEEJA em tempos "normais" e como está durante a pandemia COVID-19? Seria possível utilizar outras tecnologias ou a modalidade de educação a distância (o que e por que não é usado, como poderia ser usado, se poderia ser complemento ao atual)?

APÊNDICE B - Entrevista com a professora Isabel

Entrevista

Isabel Sicília Ferreira

Diretora do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular
Sueli Rodrigues da Silva na Penitenciária Estadual do Jacuí em Charqueadas/RS

Tema 1:

01. Como me tornei professora?

Na verdade não me tornei professora, porque sempre fui, é algo nato, apenas coloquei em prática algo que vinha do mais profundo sentimento. Desde que aprendi as primeiras letras, amava ensinar o que eu havia aprendido para minha irmã e para meu pai. Quando cresci e me voluntariei para dar aulas de catequese entendi claramente minha vocação e coloquei em prática os meios para atingir meus objetivos.

02. Gostaríamos de saber um pouco da tua trajetória pessoal e profissional. Onde tu nasceu?

Nasci em Charqueadas em 18 de julho de 1967, em casa, numa família de oito pessoas. Meu pai era mineiro, numa empresa de mineração, não estudou em escolas e minha mãe costureira, frequentou apenas dois anos numa escola rural. Casei em 1990 e tenho três filhos adultos, dois já se formaram na faculdade.

Trabalhei como vendedora numa loja de roupas, aos 16 anos, depois fui secretária numa empresa, auditora em outra empresa e professora.

03. Por que resolveu ser professora?

Percebi meu dom de ensinar num trabalho voluntário na igreja e descobri que era uma das coisas que me davam muito prazer e satisfação.

04. Qual a tua formação inicial (graduação, especialização, etc)? Costuma fazer formações continuadas?

A princípio fiz magistério, depois me graduei em Letras e Literatura, na sequência fiz pós-graduação em Orientação Educacional, terminada esta pós iniciei outra em Supervisão Escolar, e outra em Gestão Educacional. Atualmente estou fazendo mais uma pós-graduação em Compreensão de Textos e Tradução da Língua Espanhola e estou no Módulo I de Espanhol no IFSUL de Novo Hamburgo (EAD).

Tenho planos de Mestrado para o ano de 2021. Aprecio a aprendizagem continuada e sempre que possível faço cursos.

05. Qual a primeira escola onde atuou? Em que outras escolas trabalhou?

Trabalhei em diversas escolas ao longo de minha vida, a primeira foi a Escola Municipal de Educação Infantil Ney Berbigier, depois E.M. Thietro Antônio Pires, E.M. Pio XII, E.M. Otávio Lázaro, E.E.E.F.M Vila Cruz de Malta, E.E.E.F Henri Duplan, Neeja Julieta Villamil Ballestro e atualmente estou como diretora do Neeja/CP Sueli Rodrigues da Silva na Penitenciária Estadual do Jacuí.

06. Se é concursada, desde quando?

Sou concursada no estado do Rio Grande do Sul desde setembro de 2014. Anteriormente trabalhava com contratos.

07. Qual sua primeira experiência com aulas para jovens e adultos?

Minha primeira experiência com jovens e adultos foi na E.E.E.F.M. Vila Cruz de Malta, com turmas de EJA noturnas em 2015.

Tema 2:

01. Como iniciou minha atuação no NEEJA PEJ?

No Neeja Julieta Villamil Balestro, onde a secretaria está localizada na Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas (PMEC), teve início minha trajetória como professora de anos iniciais na Penitenciária Estadual do Jacuí- PEJ. O Neeja atendia as penitenciárias: PEAR (Arroio dos Ratos), PSJ (Presídio Estadual de São Jerônimo), PECAM (Penitenciária Estadual de Camaquã), Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba (PEFG), Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas (PMEC), Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC) e Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ).

02. Quando começou a trabalhar no NEEJA PEJ?

Em 2018 fui iniciada no Neeja-PEJ, e neste mesmo ano foi criada uma escola específica para a Penitenciária Estadual do Jacuí, separando do antigo Neeja da Modulada, pois pelo grande número de alunos necessitava uma atenção maior pela 12o CRE, onde fui convidada, em outubro de 2019 pela Coordenadora Vera Almeida para iniciar como diretora do Neeja.

03. Trabalhou em outro NEEJA de outros presídios?

Sim, Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas (PMEC), Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC).

04. Que professores serviram de modelo ou inspiração para trabalhar neste contexto?

Para servir de inspiração para o trabalho em penitenciárias tive como modelos as professoras: Marlete de Souza Barreto e Clarice Vivian.

05. O Estado ou a Casa Prisional ofereceu (oferece) cursos de formação para atuação no NEEJA PEJ?

A direção do Neeja realiza quinzenalmente reuniões pedagógicas com a equipe para nos elucidar sobre as diferenças, medidas de segurança, relatos de experiências e diversos outros assuntos pertinentes. Estava agendado um curso de Capacitação de segurança pela Susepe, porém foi suspenso devido a pandemia.

Tema 3:

01. Como é ser professora no NEEJA PEJ?

Exercer a profissão de professora num Neeja Prisional requer um equilíbrio entre a tolerância, a empatia e amor a profissão bem maiores que na rede regular de ensino pela peculiaridade da localização da escola e da clientela de alunos.

02. Quais funções anteriores e atuais no NEEJA PEJ (docência, gestão, formação?)?

Iniciei no Neeja da PEJ como professora de Anos Iniciais, na sequência fui convidada pela diretora Cristina Noronha para ser sua Supervisora no Neeja-Modulada e atualmente fui convidada para atuar como diretora do Neeja-PEJ

03. Como é o perfil dos alunos?

O perfil dos alunos do Neeja prisional é em sua maioria alunos de anos iniciais, que em algum momento pararam de estudar ou nem frequentaram. Há alguns alunos de Anos Finais do Ensino Fundamental e alguns do Ensino Médio. São atenciosos e respeitosos, a maioria capricha na higiene e aparência, colocando sua melhor roupa para ir às aulas, pois para eles é um evento, é algo que lhes possibilita, por alguns momentos esquecer de onde estão e focar em outras coisas, como crescimento intelectual, aprendizagem e socialização.

02. Como é a adesão dos alunos? Seria possível aumentar essa adesão?

A adesão é boa, considerando que não conseguimos atingir a totalidade de alunos que gostaríamos, pois devido a segurança da equipe de professores, há algumas restrições, como por exemplo, número de alunos, horários, turnos etc.

03. Quais as principais dificuldades para aprendizagem e para o ensino?

A principal dificuldade encontrada pela equipe docente, é a alta rotatividade de alunos, pois iniciamos com uma determinada turma de alunos, logo alguns são transferidos para outras galerias, ou penitenciárias, ou outro regime de prisão ou ainda ganham liberdade, sendo assim a continuidade fica prejudicada. Procuramos sanar esta dificuldade da melhor forma que encontramos.

04. Como é o funcionamento do NEEJA em tempos "normais" e como está durante a pandemia COVID19?

Normalmente temos aulas de segunda-feira à sexta-feira, manhã, tarde e noite, no mesmo calendário das escolas regulares, acompanhando o ano letivo da 12o CRE, a qual pertencemos. As turmas são multisseriadas, atendendo os Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Os Neejas cumprem toda a legislação vigente para a educação, baseando-se na BNCC, RCG, PNE etc conforme as demais escolas do estado, adaptando para a realidade dos educandos e a peculiaridade do Neeja estar localizado dentro de uma Penitenciária. Neste momento atípico de Pandemia mundial, a Seduc nos enviou a “Matriz de Referência para Modelo Híbrido de Ensino do Ano Letivo de 2020”, nos auxiliando e nos orientando a atender a demanda da melhor forma.

No Neeja prisional não é possível outro método que não seja através de apostilas quinzenais, às quais são entregues para a segurança da casa prisional os materiais de estudo e posteriormente recolhidos para avaliações e registros. Neste início de semestre foram entregues um saco plástico transparente, contendo um caderno sem espiral, lápis, borracha, instruções por escrito e apostila com o conteúdo simplificado, com explicações, exemplos e exercícios. Estes exercícios também são avaliativos, do nosso trabalho e do aprendizado dos alunos, na medida

em que são devolvidas as atividades, os alunos têm sua presença, avaliação e remição garantidos por lei.

05. Seria possível utilizar outras tecnologias ou a modalidade de educação a distância (o que e por que não é usado, como poderia ser usado, se poderia ser complemento ao atual)?

O Neeja Prisional deve-se adaptar a realidade do local onde a escola se encontra, podendo utilizar o Datashow para ministrar uma aula diferenciada, através de filmes, documentários e entrevistas. Podemos utilizar caixa de som para ministrar a interpretação de uma música, porém os alunos não tem acesso permitido para usar a informática ou a internet, por motivo de segurança.

Charqueadas, 11 de setembro de 2020.

Isabel Sicilia ferreira

Diretora do Neeja/CP Sueli Rodrigues da Silva

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista: entrevistas realizadas com as professoras

Prezada Professora,

Agradecemos sua disponibilidade em nos auxiliar nesta pesquisa em andamento, sendo que este roteiro foi criado considerando a dificuldade de realizarmos uma entrevista de forma presencial.

Em primeiro lugar, gostaríamos de informá-la dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será sua participação e dos procedimentos, para o qual pedimos seu consentimento em participar da pesquisa, como também sua anuência que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (dissertação, divulgação em eventos e publicações científicas).

Esta entrevista faz parte de um projeto de mestrado profissional em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, intitulado "Memórias e trajetórias de professores do NEEJA na Penitenciária Estadual do Jacuí" da mestrandia Joseane da Silva Novo sob a orientação de Patrícia Kayser Vargas Mangan. Tem como objetivo geral registrar histórias de vida de professores que atuam em escolas dentro do sistema prisional. A finalidade deste trabalho é contribuir para a visibilidade da ação de educação de adultos dentro do sistema prisional, mais especificamente na PEJ.

Solicitamos a sua colaboração para a realização deste projeto por meio desta entrevista, respondendo aos questionamentos a seguir. Existem quatro grandes temas para os quais elencamos algumas perguntas. As mesmas não precisam ser necessariamente respondidas uma a uma. Estamos interessadas em suas memórias e na sua trajetória dentro deste contexto de pesquisa, mas gostaríamos de deixá-la à vontade para apresentar a sua narrativa como se sentir mais confortável.

Esclarecemos que sua participação neste estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelas pesquisadoras. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhuma consequência. As pesquisadoras estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Atenciosamente,

Joseane da Silva Novo - novojoseane@gmail.com

Patrícia Kayser Vargas Mangan - patricia.mangan@unilasalle.edu.br

Tema 1: DESCREVA SUA TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL

Por que escolheu ser professora? Teve influência dos pais/familiares?

Qual a tua formação inicial (graduação, especialização, etc.)? Se é concursada, desde quando?

Em que escolas trabalhou?

Tema 2: APRESENTE MARCOS DA SUA EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA COM O EJA

Qual sua primeira experiência com aulas para jovens e adultos?

Por qual razão passou a trabalhar nessa modalidade de ensino?

Possui alguma formação específica na área? Qual?

Tema 3: FALE SOBRE SUA ATUAÇÃO NO NEEJA NO SISTEMA PRISIONAL, EM ESPECIAL, NA PEJ

Quando começou a trabalhar no NEEJA PEJ?

Trabalhou em outro NEEJA prisional?

O Estado oferece formação continuada para este tipo de modalidade?

Tema 4: APRESENTE ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE SUA CARREIRA DE PROFESSOR NA PEJ, INCLUSIVE COM RELAÇÃO ÀS IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DE COVID-19

Como é ser professor do NEEJA na PEJ? (como é o dia a dia, pontos positivos, negativos)?

Qual ou quais funções exerce atualmente

Como é o perfil dos alunos? Como é a adesão dos alunos? Seria possível aumentar essa adesão?

Quais as principais dificuldades para aprendizagem e para o ensino? Qual tua motivação para ser professor no ambiente prisional?